

**Grupo
parlamentar
do PCP
impugna
aceitação
no parlamento
da lei
fascizante
sobre
segurança**

Pág. 3

GRANDIOSA E COMBATIVA ASSEMBLEIA DA MAIOR ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO



Álvaro Cunhal na 1.ª Assembleia da ORL:

- O Governo PS/PSD passou a uma ofensiva frontal contra o regime democrático, ofensiva que se desenvolve com uma série de medidas que revelam o plano de pôr rapidamente operacional um Estado de tipo totalitário
- Não pode aceitar-se que um primeiro-ministro faça da provocação um instrumento de luta contra a oposição
- O Governo paga o apoio do imperialismo à sua política contra-revolucionária com uma política externa sem o mínimo assomo de brio e de dignidade nacionais
- O descrédito do primeiro-ministro é o espelho vivo do descrédito do Governo
- A análise da situação conduz-nos à conclusão de que não só é desejável como é possível e quase inevitável a mudança positiva do quadro partidário
- O PCP é o único partido actualmente existente que nenhum outro poderá substituir. Portugal democrático, Portugal de Abril, precisa do PCP e não poderá viver nem sobreviver sem o PCP
- A vastíssima e poderosa frente social em movimento é já hoje a expressão de uma vontade política com força bastante para assegurar a alternativa
- A hora é de aproximação, de entendimento, de acção comum ou convergente de todos os democratas e patriotas

Págs. centrais

Suplemento / Avante!

**Pacote A.S.
A Função
do Governo
contra
a Função Pública**



**O Alentejo
dez anos depois
por obra
do Poder Local
Democrático**



**DE
LONDRES
A
MOSCOVO
DOIS
MUNDOS**

JORNADAS ALGARVIAS

Pág. 3

SEMANA

13 Quarta-feira

A União dos Sindicatos de Setúbal classifica o chamado «Plano de Emergência» do Governo para aquele distrito de «medida demagógica» que não vai resolver os problemas de fundo, nomeadamente o caso dos salários em atraso; o bispo de Setúbal, por seu lado, revela que a sua diocese não foi ouvida quanto ao referido Plano, o mesmo sucedendo com a Câmara Municipal. ■ A AR recusa um projecto do CDS que visava atribuir ao Parlamento poderes constituintes. ■ O general Vasco Gonçalves afirma em entrevista à agência EFE que «o espírito fundamental da revolução portuguesa se mantém de pé» e que é preciso lutar «pela demissão do Governo de Mário Soares e por uma nova política». ■ O Irão e o Iraque respeitaram acordo de não bombardear alvos civis. ■ Mais de um milhão de pessoas acompanharam o funeral de Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI.

14 Quinta-feira

A ANOP revela que o Governo se prepara para intervir nos serviços municipalizados de distribuição de energia eléctrica e impor aumento de tarifas. ■ Greve na EPAL deixa Lisboa sem água. ■ Começa na Gulbenkian um colóquio sobre «Crise e Pobreza». ■ Mário Soares parte em viagem oficial para a Coreia do Sul donde seguirá para o Japão. ■ O bispo de Coimbra afirma, referindo-se ao problema da fome em Portugal, que as entidades oficiais não podem «passar o tempo a planejar sob pena de nada concretizar». ■ O chefe de Estado da URSS acusa a administração Reagan de «elevator o terrorismo ao nível da política de Estado» em diversas regiões do mundo; entretanto, termina em Moscovo a cimeira do CAME. ■ Realizam-se eleições para o parlamento da CEE na Irlanda, Dinamarca, Grã-Bretanha e Holanda, com elevada abstenção. ■ O Papa elogia a «tolerância» e a «neutralidade» suíças durante uma visita ao presidente da confederação helvética.

15 Sexta-feira

Governo entrega na AR a sua proposta de lei de «Segurança Interna», de cariz fascista, que pretende consagrar violações aos direitos e liberdades dos cidadãos; o PCP pediu a impugnação da admissibilidade do documento. ■ O PR afirma na Gulbenkian que não há razões que permitam ignorar o problema da fome e da pobreza em Portugal, ao falar num colóquio alusivo a esse tema. ■ O novo embaixador da República de Cuba entrega as suas credenciais ao Presidente da República. ■ Abre no Palácio de Cristal a Feira Popular do Porto. ■ O Grupo Contadora entrega ao secretário-geral de ONU uma proposta de paz e cooperação para a América Central. ■ Os EUA abandonam a conferência sobre a utilização pacífica do espaço, a decorrer em Viena. ■ A rádio oficial israelita anuncia que o exército sionista está a fortalecer as suas posições na frente oriental e no vale de Bekaa no Líbano; entretanto, em Londres, o «Times» informa que Israel propôs à Grã-Bretanha a troca de tecnologias militares.

16 Sábado

Começa no Coliseu dos Recreios a I Assembleia da DORL do PCP com a participação de mais de mil delegados eleitos por mais de 50 mil militantes do PCP no distrito de Lisboa. ■ É anunciada a decisão do Governo de demitir o Conselho de Gestão da EPAL e suspender trabalhadores da empresa por alegada violação da lei da greve. ■ Mário Soares assina na Coreia do Sul um acordo de cooperação económica, industrial e tecnológica entre os dois países. ■ O «Expresso» revela que o actual ministro do Trabalho ratificou as conclusões do inquérito ao Fundo do «Dia de Salário para a Nação» que libram o maior Costa Martins da acusação de desvio de dinheiros; a comissão de inquérito havia chegado àquela conclusão em Maio de 1981. ■ A ditadura uruguaia prende o dirigente reformista Ferreira Aldunate que decidiu regressar ao país ao fim de vários anos de exílio. ■ O Irão acusa o Iraque de voltar a atacar a cidade de Abadan, provocando vários feridos.

17 Domingo

Álvaro Cunhal afirma na sessão de encerramento da I Assembleia da DORL do PCP que a demissão do actual Governo tem de «ser obra da luta do povo e do funcionamento democrático das instituições». ■ Termina na Amadora a Semana de Cabo Verde, uma iniciativa da Câmara Municipal daquele concelho. ■ A Cooperativa de Profissionais de Rádio, TSF, realiza uma emissão «pirata» de quatro horas com o objectivo de pressionar os órgãos de poder para acelerarem o processo de legislação de novas emissoras no País. ■ Mário Soares chega ao Japão. ■ O exército e as forças de segurança indianas entram em estado de alerta no Punjab para onde foram convocadas manifestações de «sikhs». ■ O Irão e o Iraque acusam-se mutuamente de violar o acordo de renúncia a ataques contra alvos civis; entretanto, o jornal da RFA, «Der Spiegel», afirma que um piloto norte-americano participou nos combates entre a Irã e o Irão. ■ Terminam as eleições para o Parlamento Europeu, com uma elevada taxa de abstenções. ■ Daniel Ortega, líder da Frente Sandinista, chega a Moscovo em visita oficial.

18 Segunda-feira

Cai mais um prédio em Lisboa, ferindo várias pessoas, devido a obras de demolição de um prédio contíguo; os moradores agora desalojados já há um ano que haviam alertado a Câmara de Lisboa para o perigo, mas não lhes foi prestada atenção. ■ Mário Soares afirma em Tóquio estar ansioso «por ver alargado o campo do investimento do Japão» em Portugal e é felicitado pelo seu homólogo japonês pelas iniciativas favoráveis ao «reforço dos seus laços com a NATO e com os Estados Unidos». ■ O Banco de Portugal informa que o escudo se deprecia, em média, 29,1% nos primeiros cinco meses de 84 em relação ao mesmo período de 1983. ■ Registam-se novos confrontos entre a polícia e os mineiros britânicos em greve. ■ O Governo polaco afirma que a elevada participação nas eleições de domingo representa um voto de confiança a seu favor; o ilegalizado «Solidariedade» havia apelado à abstenção.

19 Terça-feira

A Polícia Judiciária anuncia que numa operação desencadeada em diferentes pontos do País prendeu 35 suspeitos de pertencerem às chamadas «FP-25» e apreendeu diverso material de guerra; algumas das detenções registaram-se em sedes da FUP. ■ O ex-ministro das Finanças, Medina Carreira, afirma num colóquio na FIL que o Imposto Profissional sofreu um aumento de 800 por cento entre 1963 e 1983. ■ Uma delegação da CGTP-IN encontra-se com o PR a quem transmite as suas apreensões pela gravidade da situação político-social. ■ Um acidente de autocarro no Funchal provoca sete mortos e dezenas de feridos. ■ Representantes de onze países da América Latina reúnem-se em Cartagena, na Colômbia para preparar uma cimeira em que será debatida a dívida externa latino-americana. ■ A URSS reafirma o seu apoio à revolução sandinista na visita de Daniel Ortega àquele país.

Editorial

PERIGOS REAIS PARA A DEMOCRACIA

Numa linha coerente que encontra no VI Congresso realizado na clandestinidade em 1965 uma definição clara e criadora, o PCP de há muito define que as condições objectivas do desenvolvimento económico e social de Portugal tornam inseparáveis as liberdades democráticas e a existência de um regime democrático no nosso país de um sistema económico que não seja dominado pelos monopólios e pelo latifúndio.

Antes do 25 de Abril diversos sectores contestaram esta conclusão.

Afirmaram os esquerdistas de vários matizes que, ao colocar — dentro deste quadro — a luta política contra a ditadura fascista e pela conquista das liberdades como factor essencial do processo revolucionário, o PCP se colocava numa perspectiva reformista não colocando como elemento prioritário a destruição do capitalismo e a construção do socialismo. Segundo «teóricos» de extracção diversa, o PCP poria como elemento essencial a conquista das «liberdades burguesas», contemporizando com a manutenção de um sistema económico capitalista desde que obtidas as liberdades que o fascismo ferozmente reprimia.

Sectores antifascistas moderados que se vieram a agrupar em várias formações posteriores ao 25 de Abril, com relevo para o PS, criticavam então os comunistas por associarem a exigência do fim dos monopólios no seu combate ao regime fascista. No seu entender, o essencial era a obtenção de liberdades políticas que seriam compatíveis com a manutenção do essencial da formulação económica do País, passível de ser «melhorada» no interesse do povo, «melhoramentos» que só o «imobilismo» salazarista impediria. Nesse sentido, muitos deles embarcaram em lutas das quais o marxismo, não sendo a única, foi a última e mais facilmente recordável.

Após o 25 de Abril, o PCP manteve o essencial da sua análise e consequente definição de objectivos — facto claramente indicado na manutenção do essencial do seu programa nos VII, VIII e IX Congressos.

Nos complexos oito anos que decorreram desde a instituição do regime constitucional português, o PCP não tem cessado de sublinhar a inseparabilidade do regime democrático, das liberdades conquistadas com o derrubamento do fascismo em 25 de Abril de 1974 com as transformações de ordem económica introduzidas na sociedade portuguesa pela acção das massas populares.

Não é, como se disse, uma posição nova. Mas é uma posição profundamente ancorada na realidade objectiva da evolução da sociedade portuguesa: não se trata exclusiva ou mesmo essencialmente de um ponto de vista ideológico ou programático — trata-se da verificação rigorosa de uma realidade à luz dos interesses do povo e do País.

A instituição de um capitalismo monopolista de Estado no seio do regime fascista português não foi o fruto tradicional da trajectória de um capitalismo desenvolvido: foi, pelo contrário, a necessidade do desenvolvimento possível do capitalismo num país com fraco desenvolvimento das forças produtivas.

A repressão terrorista do salazarismo permitiu, por um lado, ao débil capitalismo português dos anos 30 deste século o dispor de instrumentos policiais que lhe permitiram reprimir o protesto operário contra a sobreexploração, contra os salários de fome e as condições de vida de miséria; permitiu, por outro, aos decadentes proprietários da terra manterem as suas rendas compensando na miséria de rendeiros, jornaleiros, seareiros e tantos outros a sua inépcia de modernizarem métodos e concepções da agricultura.

A consolidação e sobrevivência do regime, tornadas possíveis pela repressão e pela cumplicidade do imperialismo do pós-guerra de 39-45, abriram as condições para que o Estado fascista, no exercício do poder de Estado,

alargasse a sua acção policial ao serviço dos possidentes a uma acção de mobilização dos recursos económicos do País em prol da constituição de monopólios industriais e financeiros. O dinheiro coactivamente colhido pelo Estado em impostos, previdências, fundos de desemprego e tantas outras formas foi drenado para o financiamento pelos dinheiros públicos de empórios capitalistas de que o grande patronato detinha as rédeas e os lucros. A PIDE e outras polícias garantiam a recolha de impostos para financiar Sacores, Siderurgia e cimenteiras, garantiam os baixos salários de quem nelas produzia trabalho e lucros.

Este todo não era separável. A trajectória concentracionária do capitalismo monopolista de Estado esmagava todo o País à sua lógica, tornada ainda mais implacável pela omnipresente presença de um Estado fascista. Para além de monopolistas e latifundiários, todos eram explorados, todos era oprimidos.

Sem o Estado fascista, este capitalismo monopolista de Estado seria confrontado com o inabalável facto de que a sua existência não se baseava no desenvolvimento capitalista das forças produtivas, mas sim na existência de um Estado que exercia uma repressão terrorista que lhe permitia a sobreexploração da mão-de-obra. Os monopólios do fascismo não tinham chegado a sê-lo à custa da produtividade das máquinas ou do desenvolvimento tecnológico: eram-no à custa da PIDE que assegurava greves proibidas, sindicatos amordaçados, liberdades reprimidas.

Conquistar as liberdades democráticas, permitir ao povo e aos trabalhadores a expressão da sua vontade sem a opressão fascista seria o imediato confrontar dos monopólios e latifundiários com a reivindicação operária, com a vontade nacional, com a totalidade do País, com a greve, com o sindicato, com a manifestação.

Vivendo de e para o fascismo, o capitalismo monopolista defrontaria a própria sobrevivência na queda do fascismo e na conquista das liberdades democráticas.

Não perceberam isto os críticos esquerdistas na miséria que não sofreram, no trabalho que não suaram, nos livros que não leram. Perceberam-no e concretizaram-no os trabalhadores e o povo quando, 48 horas depois do fim da PIDE, entraram no gabinete da gerência e exigiram aumento de salário. O patrão não sabia o que fazer, fora-o até então com a PIDE. Ai, conspirou. Entretanto, sabotou. Derrotado, fugiu.

Aos trabalhadores pôs-se um novo problema: aquelas fábricas e aquelas terras que o patrão não queria porque assim não davam o lucro que desejava, tinham de trabalhar para manter os postos de trabalho e para a produção que o País exigia. Tinham de passar a trabalhar para todos.

Isto é, tinham de ser nacionalizados. Em nome dos interesses do povo, do país, da liberdade.

Outros no entanto, perceberam. Mais confusão ou mesmo confusão, foi para alguns ficando claro que o caminho aberto à expressão democrática do povo pelo derrubamento do fascismo em 25 de Abril vigorosamente punha em causa o sistema económico do fascismo, o sistema económico dos monopólios e latifúndios.

Bateram no peito a sua fidelidade às liberdades e à democracia, mas protestaram contra as alterações económicas. Moderadamente primeiro, que as condições não eram favoráveis. Mas, instalados no Poder como as suas afirmações democráticas lhe permitiram, desde logo iniciaram uma clara sabotagem do processo que a realidade exigia.

O processo económico do Estado desde 1976 conduziu sem interrupção por ministros do PS e de partidos da direita, jamais fez das nacionalizações e da Reforma Agrária aquilo que estava na base da sua existência: o colocar

tais forças produtivas ao serviço do povo e de desenvolvimento do País. Por incompetência e por cálculo, o ataque, a sabotagem, a inépcia foram a constante de uma acção que pretendia negar a evidência: a realidade do desenvolvimento do País exige, no quadro de um regime democrático virado para os interesses de todo o povo, um desenvolvimento que as nacionalizações tornaram possível.

Empenhados na sua teia de cumplicidades de classe — ideológicas umas, de interesses outras, de pura corrupção outras ainda —, alguns se identificaram com os que jamais tiveram dúvidas: os serventários efectivos de monopólios e latifúndios, a direita herdada directa do fascismo, integralmente identificado com a exploração e a miséria.

A negação de uma política económica de acordo com as transformações sofridas por Portugal depois do 25 de Abril e que correspondem à realidade portuguesa e os interesses do povo conduziu ao descalabro económico, ao impasse produtivo, à crise.

Ao longo desta política económica, em várias etapas se quis ir mais longe na execução de projectos de restauração monopolista e latifundiária, de empobrecimento do povo por salários mais baixos e impostos mais altos. Nunca contudo se foi tão longe quanto se pretendia. Utilizaram-se táticas diversas, mobilizaram-se todos os meios — mas defrontou-se uma realidade inultrapassável.

A de que, desde 25 de Abril de 1974, o povo português conquistou as liberdades democráticas. E, mais do que isso, forjou para as fazer vida e realidade instrumentos tão poderosos como o movimento sindical unitário, o movimento popular, um forte partido da classe operária — o Partido Comunista Português.

Para a direita, para os homens da política do capital, dos monopólios, dos latifúndios, do imperialismo, tornou-se definitivamente evidente o que o PCP vem afirmando, numa linha coerente que encontra no VI Congresso realizado na clandestinidade em 1965 uma definição clara e criadora: as condições objectivas do desenvolvimento económico e social de Portugal tornam inseparáveis as liberdades democráticas e a existência de um regime democrático no nosso país de um sistema económico que não seja dominado pelos monopólios e latifúndios.

Aqui se radica a ofensiva hoje desencadeada pelo Governo Soares/Mota Pinto. Dez anos depois de Abril, a direita lançou o País na crise económica para destruir as realidades económicas que Abril construiu; mas para que da destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, que nem mesmo assim logrou, possa passar à reconstrução de monopólios e latifúndios, verificou já que necessita de uma coisa. O mesmo de que Salazar precisou para fazer os Melos, Espíritos Santos e Champalimaúds que a ele o fizeram: polícias, repressão, fim das liberdades.

Porque em liberdade, com liberdades, em democracia — o povo diz o que quer. E também diz o que não quer. E não quer crise, e não quer exploração, e não quer miséria, e não quer salários de fome, e não quer desemprego, e não quer guerra, e não quer ignorância. Ou seja: não quer nem monopólios, nem latifúndios. Nem fascismo.

Eis pois aí a cavalgada de Soares e Mota Pinto para construir em instrumentos de liquidação das liberdades que permitam restabelecer a exploração.

Sucede que a História — a passada, a recente e a futura — tá-la de facto o povo.

E a questão é que as paredes deste Portugal que é nosso já disseram «viva a liberdade». Já disseram «abolir o fascismo». E já disseram «o povo está com o MFA». E já disseram «fascismo nunca mais».

E agora dizem «Soares/Pinto rua». Tem o dr. Soares razão para que tanto o incomode. A História cumpre-se.

boletim Maio - Junho - 1984 - n.º 17

emigração

DEPOIS DE ABRIL

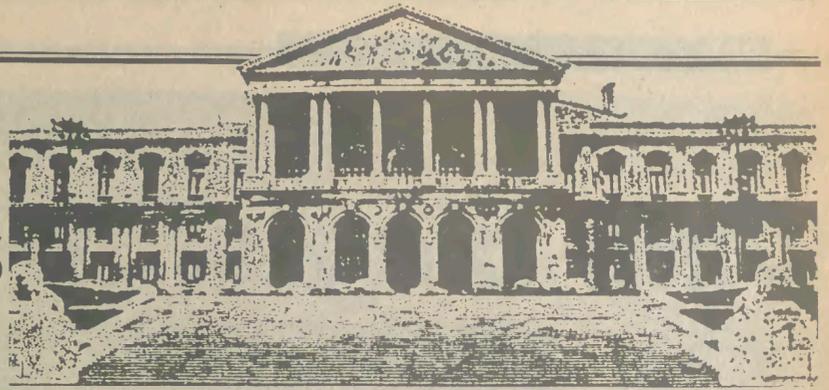
Comentário

a luta prossegue, com maior confiança

Para a caracterização do movimento de emigração de 1984, a perspectiva de 1983, a perspectiva de 1982, a perspectiva de 1981, a perspectiva de 1980, a perspectiva de 1979, a perspectiva de 1978, a perspectiva de 1977, a perspectiva de 1976, a perspectiva de 1975, a perspectiva de 1974, a perspectiva de 1973, a perspectiva de 1972, a perspectiva de 1971, a perspectiva de 1970, a perspectiva de 1969, a perspectiva de 1968, a perspectiva de 1967, a perspectiva de 1966, a perspectiva de 1965, a perspectiva de 1964, a perspectiva de 1963, a perspectiva de 1962, a perspectiva de 1961, a perspectiva de 1960, a perspectiva de 1959, a perspectiva de 1958, a perspectiva de 1957, a perspectiva de 1956, a perspectiva de 1955, a perspectiva de 1954, a perspectiva de 1953, a perspectiva de 1952, a perspectiva de 1951, a perspectiva de 1950, a perspectiva de 1949, a perspectiva de 1948, a perspectiva de 1947, a perspectiva de 1946, a perspectiva de 1945, a perspectiva de 1944, a perspectiva de 1943, a perspectiva de 1942, a perspectiva de 1941, a perspectiva de 1940, a perspectiva de 1939, a perspectiva de 1938, a perspectiva de 1937, a perspectiva de 1936, a perspectiva de 1935, a perspectiva de 1934, a perspectiva de 1933, a perspectiva de 1932, a perspectiva de 1931, a perspectiva de 1930, a perspectiva de 1929, a perspectiva de 1928, a perspectiva de 1927, a perspectiva de 1926, a perspectiva de 1925, a perspectiva de 1924, a perspectiva de 1923, a perspectiva de 1922, a perspectiva de 1921, a perspectiva de 1920, a perspectiva de 1919, a perspectiva de 1918, a perspectiva de 1917, a perspectiva de 1916, a perspectiva de 1915, a perspectiva de 1914, a perspectiva de 1913, a perspectiva de 1912, a perspectiva de 1911, a perspectiva de 1910, a perspectiva de 1909, a perspectiva de 1908, a perspectiva de 1907, a perspectiva de 1906, a perspectiva de 1905, a perspectiva de 1904, a perspectiva de 1903, a perspectiva de 1902, a perspectiva de 1901, a perspectiva de 1900, a perspectiva de 1899, a perspectiva de 1898, a perspectiva de 1897, a perspectiva de 1896, a perspectiva de 1895, a perspectiva de 1894, a perspectiva de 1893, a perspectiva de 1892, a perspectiva de 1891, a perspectiva de 1890, a perspectiva de 1889, a perspectiva de 1888, a perspectiva de 1887, a perspectiva de 1886, a perspectiva de 1885, a perspectiva de 1884, a perspectiva de 1883, a perspectiva de 1882, a perspectiva de 1881, a perspectiva de 1880, a perspectiva de 1879, a perspectiva de 1878, a perspectiva de 1877, a perspectiva de 1876, a perspectiva de 1875, a perspectiva de 1874, a perspectiva de 1873, a perspectiva de 1872, a perspectiva de 1871, a perspectiva de 1870, a perspectiva de 1869, a perspectiva de 1868, a perspectiva de 1867, a perspectiva de 1866, a perspectiva de 1865, a perspectiva de 1864, a perspectiva de 1863, a perspectiva de 1862, a perspectiva de 1861, a perspectiva de 1860, a perspectiva de 1859, a perspectiva de 1858, a perspectiva de 1857, a perspectiva de 1856, a perspectiva de 1855, a perspectiva de 1854, a perspectiva de 1853, a perspectiva de 1852, a perspectiva de 1851, a perspectiva de 1850, a perspectiva de 1849, a perspectiva de 1848, a perspectiva de 1847, a perspectiva de 1846, a perspectiva de 1845, a perspectiva de 1844, a perspectiva de 1843, a perspectiva de 1842, a perspectiva de 1841, a perspectiva de 1840, a perspectiva de 1839, a perspectiva de 1838, a perspectiva de 1837, a perspectiva de 1836, a perspectiva de 1835, a perspectiva de 1834, a perspectiva de 1833, a perspectiva de 1832, a perspectiva de 1831, a perspectiva de 1830, a perspectiva de 1829, a perspectiva de 1828, a perspectiva de 1827, a perspectiva de 1826, a perspectiva de 1825, a perspectiva de 1824, a perspectiva de 1823, a perspectiva de 1822, a perspectiva de 1821, a perspectiva de 1820, a perspectiva de 1819, a perspectiva de 1818, a perspectiva de 1817, a perspectiva de 1816, a perspectiva de 1815, a perspectiva de 1814, a perspectiva de 1813, a perspectiva de 1812, a perspectiva de 1811, a perspectiva de 1810, a perspectiva de 1809, a perspectiva de 1808, a perspectiva de 1807, a perspectiva de 1806, a perspectiva de 1805, a perspectiva de 1804, a perspectiva de 1803, a perspectiva de 1802, a perspectiva de 1801, a perspectiva de 1800, a perspectiva de 1799, a perspectiva de 1798, a perspectiva de 1797, a perspectiva de 1796, a perspectiva de 1795, a perspectiva de 1794, a perspectiva de 1793, a perspectiva de 1792, a perspectiva de 1791, a perspectiva de 1790, a perspectiva de 1789, a perspectiva de 1788, a perspectiva de 1787, a perspectiva de 1786, a perspectiva de 1785, a perspectiva de 1784, a perspectiva de 1783, a perspectiva de 1782, a perspectiva de 1781, a perspectiva de 1780, a perspectiva de 1779, a perspectiva de 1778, a perspectiva de 1777, a perspectiva de 1776, a perspectiva de 1775, a perspectiva de 1774, a perspectiva de 1773, a perspectiva de 1772, a perspectiva de 1771, a perspectiva de 1770, a perspectiva de 1769, a perspectiva de 1768, a perspectiva de 1767, a perspectiva de 1766, a perspectiva de 1765, a perspectiva de 1764, a perspectiva de 1763, a perspectiva de 1762, a perspectiva de 1761, a perspectiva de 1760, a perspectiva de 1759, a perspectiva de 1758, a perspectiva de 1757, a perspectiva de 1756, a perspectiva de 1755, a perspectiva de 1754, a perspectiva de 1753, a perspectiva de 1752, a perspectiva de 1751, a perspectiva de 1750, a perspectiva de 1749, a perspectiva de 1748, a perspectiva de 1747, a perspectiva de 1746, a perspectiva de 1745, a perspectiva de 1744, a perspectiva de 1743, a perspectiva de 1742, a perspectiva de 1741, a perspectiva de 1740, a perspectiva de 1739, a perspectiva de 1738, a perspectiva de 1737, a perspectiva de 1736, a perspectiva de 1735, a perspectiva de 1734, a perspectiva de 1733, a perspectiva de 1732, a perspectiva de 1731, a perspectiva de 1730, a perspectiva de 1729, a perspectiva de 1728, a perspectiva de 1727, a perspectiva de 1726, a perspectiva de 1725, a perspectiva de 1724, a perspectiva de 1723, a perspectiva de 1722, a perspectiva de 1721, a perspectiva de 1720, a perspectiva de 1719, a perspectiva de 1718, a perspectiva de 1717, a perspectiva de 1716, a perspectiva de 1715, a perspectiva de 1714, a perspectiva de 1713, a perspectiva de 1712, a perspectiva de 1711, a perspectiva de 1710, a perspectiva de 1709, a perspectiva de 1708, a perspectiva de 1707, a perspectiva de 1706, a perspectiva de 1705, a perspectiva de 1704, a perspectiva de 1703, a perspectiva de 1702, a perspectiva de 1701, a perspectiva de 1700, a perspectiva de 1699, a perspectiva de 1698, a perspectiva de 1697, a perspectiva de 1696, a perspectiva de 1695, a perspectiva de 1694, a perspectiva de 1693, a perspectiva de 1692, a perspectiva de 1691, a perspectiva de 1690, a perspectiva de 1689, a perspectiva de 1688, a perspectiva de 1687, a perspectiva de 1686, a perspectiva de 1685, a perspectiva de 1684, a perspectiva de 1683, a perspectiva de 1682, a perspectiva de 1681, a perspectiva de 1680, a perspectiva de 1679, a perspectiva de 1678, a perspectiva de 1677, a perspectiva de 1676, a perspectiva de 1675, a perspectiva de 1674, a perspectiva de 1673, a perspectiva de 1672, a perspectiva de 1671, a perspectiva de 1670, a perspectiva de 1669, a perspectiva de 1668, a perspectiva de 1667, a perspectiva de 1666, a perspectiva de 1665, a perspectiva de 1664, a perspectiva de 1663, a perspectiva de 1662, a perspectiva de 1661, a perspectiva de 1660, a perspectiva de 1659, a perspectiva de 1658, a perspectiva de 1657, a perspectiva de 1656, a perspectiva de 1655, a perspectiva de 1654, a perspectiva de 1653, a perspectiva de 1652, a perspectiva de 1651, a perspectiva de 1650, a perspectiva de 1649, a perspectiva de 1648, a perspectiva de 1647, a perspectiva de 1646, a perspectiva de 1645, a perspectiva de 1644, a perspectiva de 1643, a perspectiva de 1642, a perspectiva de 1641, a perspectiva de 1640, a perspectiva de 1639, a perspectiva de 1638, a perspectiva de 1637, a perspectiva de 1636, a perspectiva de 1635, a perspectiva de 1634, a perspectiva de 1633, a perspectiva de 1632, a perspectiva de 1631, a perspectiva de 1630, a perspectiva de 1629, a perspectiva de 1628, a perspectiva de 1627, a perspectiva de 1626, a perspectiva de 1625, a perspectiva de 1624, a perspectiva de 1623, a perspectiva de 1622, a perspectiva de 1621, a perspectiva de 1620, a perspectiva de 1619, a perspectiva de 1618, a perspectiva de 1617, a perspectiva de 1616, a perspectiva de 1615, a perspectiva de 1614, a perspectiva de 1613, a perspectiva de 1612, a perspectiva de 1611, a perspectiva de 1610, a perspectiva de 1609, a perspectiva de 1608, a perspectiva de 1607, a perspectiva de 1606, a perspectiva de 1605, a perspectiva de 1604, a perspectiva de 1603, a perspectiva de 1602, a perspectiva de 1601, a perspectiva de 1600, a perspectiva de 1599, a perspectiva de 1598, a perspectiva de 1597, a perspectiva de 1596, a perspectiva de 1595, a perspectiva de 1594, a perspectiva de 1593, a perspectiva de 1592, a perspectiva de 1591, a perspectiva de 1590, a perspectiva de 1589, a perspectiva de 1588, a perspectiva de 1587, a perspectiva de 1586, a perspectiva de 1585, a perspectiva de 1584, a perspectiva de 1583, a perspectiva de 1582, a perspectiva de 1581, a perspectiva de 1580, a perspectiva de 1579, a perspectiva de 1578, a perspectiva de 1577, a perspectiva de 1576, a perspectiva de 1575, a perspectiva de 1574, a perspectiva de 1573, a perspectiva de 1572, a perspectiva de 1571, a perspectiva de 1570, a perspectiva de 1569, a perspectiva de 1568, a perspectiva de 1567, a perspectiva de 1566, a perspectiva de 1565, a perspectiva de 1564, a perspectiva de 1563, a perspectiva de 1562, a perspectiva de 1561, a perspectiva de 1560, a perspectiva de 1559, a perspectiva de 1558, a perspectiva de 1557, a perspectiva de 1556, a perspectiva de 1555, a perspectiva de 1554, a perspectiva de 1553, a perspectiva de 1552, a perspectiva de 1551, a perspectiva de 1550, a perspectiva de 1549, a perspectiva de 1548, a perspectiva de 1547, a perspectiva de 1546, a perspectiva de 1545, a perspectiva de 1544, a perspectiva de 1543, a perspectiva de 1542, a perspectiva de 1541, a perspectiva de 1540, a perspectiva de 1539, a perspectiva de 1538, a perspectiva de 1537, a perspectiva de 1536, a perspectiva de 1535, a perspectiva de 1534, a perspectiva de 1533, a perspectiva de 1532, a perspectiva de 1531, a perspectiva de 1530, a perspectiva de 1529, a perspectiva de 1528, a perspectiva de 1527, a perspectiva de 1526, a perspectiva de 1525, a perspectiva de 1524, a perspectiva de 1523, a perspectiva de 1522, a perspectiva de 1521, a perspectiva de 1520, a perspectiva de 1519, a perspectiva de 1518, a perspectiva de 1517, a perspectiva de 1516, a perspectiva de 1515, a perspectiva de 1514, a perspectiva de 1513, a perspectiva de 1512, a perspectiva de 1511, a perspectiva de 1510, a perspectiva de 1509, a perspectiva de 1508, a perspectiva de 1507, a perspectiva de 1506, a perspectiva de 1505, a perspectiva de 1504, a perspectiva de 1503, a perspectiva de 1502, a perspectiva de 1501, a perspectiva de 1500, a perspectiva de 1499, a perspectiva de 1498, a perspectiva de 1497, a perspectiva de 1496, a perspectiva de 1495, a perspectiva de 1494, a perspectiva de 1493, a perspectiva de 1492, a perspectiva de 1491, a perspectiva de 1490, a perspectiva de 1489, a perspectiva de 1488, a perspectiva de 1487, a perspectiva de 1486, a perspectiva de 1485, a perspectiva de 1484, a perspectiva de 1483, a perspectiva de 1482, a perspectiva de 1481, a perspectiva de 1480, a perspectiva de 1479, a perspectiva de 1478, a perspectiva de 1477, a perspectiva de 1476, a perspectiva de 1475, a perspectiva de 1474, a perspectiva de 1473, a perspectiva de 1472, a perspectiva de 1471, a perspectiva de 1470, a perspectiva de 1469, a perspectiva de 1468, a perspectiva de 1467, a perspectiva de 1466, a perspectiva de 1465, a perspectiva de 1464, a perspectiva de 1463, a perspectiva de 1462, a perspectiva de 1461, a perspectiva de 1460, a perspectiva de 1459, a perspectiva de 1458, a perspectiva de 1457, a perspectiva de 1456, a perspectiva de 1455, a perspectiva de 1454, a perspectiva de 1453, a perspectiva de 1452, a perspectiva de 1451, a perspectiva de 1450, a perspectiva de 1449, a perspectiva de 1448, a perspectiva de 1447, a perspectiva de 1446, a perspectiva de 1445, a perspectiva de 1444, a perspectiva de 1443, a perspectiva de 1442, a perspectiva de 1441, a perspectiva de 1440, a perspectiva de 1439, a perspectiva de 1438, a perspectiva de 1437, a perspectiva de 1436, a perspectiva de 1435, a perspectiva de 1434, a perspectiva de 1433, a perspectiva de 1432, a perspectiva de 1431, a perspectiva de 1430, a perspectiva de 1429, a perspectiva de 1428, a perspectiva de 1427, a perspectiva de 1426, a perspectiva de 1425, a perspectiva de 1424, a perspectiva de 1423, a perspectiva de 1422, a perspectiva de 1421, a perspectiva de 1420, a perspectiva de 1419, a perspectiva de 1418, a perspectiva de 1417, a perspectiva de 1416, a perspectiva de 1415, a perspectiva de 1414, a perspectiva de 1413, a perspectiva de 1412, a perspectiva de 1411, a perspectiva de 1410, a perspectiva de 1409, a perspectiva de 1408, a perspectiva de 1407, a perspectiva de 1406, a perspectiva de 1405, a perspectiva de 1404, a perspectiva de 1403, a perspectiva de 1402, a perspectiva de 1401, a perspectiva de 1400, a perspectiva de 1399, a perspectiva de 1398, a perspectiva de 1397, a perspectiva de 1396, a perspectiva de 1395, a perspectiva de 1394, a perspectiva de 1393, a perspectiva de 1392, a perspectiva de 1391, a perspectiva de 1390, a perspectiva de 1389, a perspectiva de 1388, a perspectiva de 1387, a perspectiva de 1386, a perspectiva de 1385, a perspectiva de 1384, a perspectiva de 1383, a perspectiva de 1382, a perspectiva de 1381, a perspectiva de 1380, a perspectiva de 1379, a perspectiva de 1378, a perspectiva de 1377, a perspectiva de 1376, a perspectiva de 1375, a perspectiva de 1374, a perspectiva de 1373, a perspectiva de 1372, a perspectiva de 1371, a perspectiva de 1370, a perspectiva de 1369, a perspectiva de 1368, a perspectiva de 1367, a perspectiva de 1366, a perspectiva de 1365, a perspectiva de 1364, a perspectiva de 1363, a perspectiva de 1362, a perspectiva de 1361, a perspectiva de 1360, a perspectiva de 1359, a perspectiva de 1358, a perspectiva de 1357, a perspectiva de 1356, a perspectiva de 1355, a perspectiva de 1354, a perspectiva de 1353, a perspectiva de 1352, a perspectiva de 1351, a perspectiva de 1350, a perspectiva de 1349, a perspectiva de 1348, a perspectiva de 1347, a perspectiva de 1346, a perspectiva de 1345, a perspectiva de 1344, a perspectiva de 1343, a perspectiva de 1342, a perspectiva de 1341, a perspectiva de 1340, a perspectiva de 1339, a perspectiva de 1338, a perspectiva de 1337, a perspectiva de 1336, a perspectiva de 1335, a perspectiva de 1334, a perspectiva de 1333, a perspectiva de 1332, a perspectiva de 1331, a perspectiva de 1330, a perspectiva de 1329, a perspectiva de 1328, a perspectiva de 1327, a perspectiva de 1326, a perspectiva de 1325, a perspectiva de 1324, a perspectiva de 1323, a perspectiva de 1322, a perspectiva de 1321, a perspectiva de 1320, a perspectiva de 1319, a perspectiva de 1318, a perspectiva de 1317, a perspectiva de 1316, a perspectiva de 1315, a perspectiva de 1314, a perspectiva de 1313, a perspectiva de 1312, a perspectiva de 1311, a perspectiva de 1310, a perspectiva de 1309, a perspectiva de 1308, a perspectiva de 1307, a perspectiva de 1306, a perspectiva de 1305, a perspectiva de 1304, a perspectiva de 1303, a perspectiva de 1302, a perspectiva de 1301, a perspectiva de 1300, a perspectiva de 1299, a perspectiva de 1298, a perspectiva de 1297, a perspectiva de 1

Assembleia da República

Deputados comunistas em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos



Trava-se nestes dias — e vai continuar a travar-se — na Assembleia da República, uma vigorosa batalha em defesa das liberdades. Batalha que os comunistas dirigem, contra um Governo e uma maioria apostada na guerra à Constituição, na destruição das liberdades, garantias e direitos dos cidadãos.

O fundamento invocado pelo PCP para este recurso centra-se na violação da Constituição que a proposta de lei efectiva, tendo os deputados comunistas signatários do recurso acusado o diploma de violar nada menos de 13 artigos da Lei Fundamental do País.

mas de ordem pública com as calamidades naturais. Por outro lado, segundo o PCP, esta proposta governamental visa criar estados de excepção (para além dos constitucionalmente previstos) declarados e geridos pelo Governo, fora das condições constitucionalmente prescritas, com prescrição das competências do Presidente da República e da Assembleia da República.

damente nas forças policiais, incluindo Polícia Judiciária.

Direitos e liberdades em perigo sério

O grupo parlamentar do PCP acusa ainda a proposta de Lei de Segurança Interna de visar atribuir ao Governo, através do Primeiro-Ministro — a tal Autoridade Nacional de Segurança — e do MAI, poderes para criar medidas especiais de polícia que vão desde a vigilância de quaisquer pessoas à suspensão de actividades e espectáculos, ao encerramento de empresas, à intervenção em serviços, com funções de intimidação e lesão do exercício normal de direitos incluindo o direito à greve!

tribunais), restrições às liberdades de manifestação e reunião...

Quer ainda o Governo, com esta proposta de Lei, criar um superbanco de dados do Serviço de Informações de Segurança, com toda a espécie de dados sobre os cidadãos, incluindo sobre as suas convicções políticas, religiosas, sindicais. Visa também criar restrições aos direitos dos membros das forças policiais, incentivando, por outro lado, a legalização dos excessos policiais e restaurando a garantia administrativa. Por fim, visa reforçar os poderes policiais dos governadores civis ao mesmo tempo que marginaliza completamente as autarquias locais em tudo o que na matéria lhes diz respeito.

Mais uma impugnação

E a propósito de autarquias e de impugnações: já aí está a proposta de lei governamental

que visa regular o exercício da tutela sobre as autarquias locais. E deu entrada também na mesa da AR um pedido de impugnação da admissibilidade de tal proposta. O autor do recurso é o PCP. Porquê o recurso? Que pretende o Governo com a proposta?

A tutela encontra-se prevista constitucionalmente e serviria para verificar o cumprimento das leis por parte dos órgãos. Mas esta proposta não pretende senão repor um projecto de decreto-lei, enviado pelo Governo às autarquias e que estas rejeitaram claramente.

Criar mecanismos de inspecção, inquéritos e sindicâncias a toda a hora sobre matéria da própria competência das autarquias locais, ofendendo o princípio da autonomia do Poder Local que a Constituição consagra é a finalidade primeira da proposta do Governo. Que vai mais longe: no articulado da proposta, por exemplo, não são determinadas concretamente as hipóteses em que um órgão autárquico pode ser

dissolvido. Chega-se ao cúmulo de tal dissolução ser possível por mera recusa de prestação de informações ou de esclarecimentos. Ou quando o órgão não declara perda de mandato de qualquer dos seus membros...

Acontece também que os membros dos órgãos autárquicos, em caso de incorrerem em ilegalidade, além de perderem o mandato, já não poderão fazer parte da Comissão Administrativa nem sequer ser candidatos nos actos eleitorais destinados a completar o mandato interrompido.

Esta proposta governamental é assim mais uma a juntar ao já longo rol das que atentam contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos consagrados na Constituição. E o rol não parece querer interromper-se. Nestas semanas mais próximas, o Governo promete mais. E, por seu lado, os comunistas na Assembleia da República não deixaram de se oporem a todas as iniciativas

que visem destruir as liberdades.

Uns dormem, outros trabalham

A imagem do Governo não ganhou — já se sabia — com a inclusão de Sousa Tavares nas suas fileiras. O novo ministro do Ambiente foi à AR onde já fizera algumas tristes figuras como deputado e dormiu durante boa parte da interpegação que o MDP fez ao Executivo.

Introduzida por Helena Cidade Moura, a interpegação teve o mérito, pelo menos, de mostrar o destempero do ministro Seabra. Falava-se de política de ensino e Seabra mostrou-se mais empenhado em fazer baixa política do que qualquer espécie de ensino. A intervenção do ministro foi tão despropositada que não arrecadou muito aplauso nas bancadas. Mas suscitou inúmeros pedidos de esclarecimento.

Sobretudo da bancada comunista choeram as pergun-

tas. Mas também por parte do próprio PS houve algumas curiosidades. E de todos os outros partidos. Todos menos o PSD. Mas, se as perguntas solicitavam respostas, as respostas do ministro não satisfizeram ninguém.

Entretanto, antevendo o projecto de lei do PS e do PSD sobre o regime de remuneração do Presidente da República, sendo de salientar que o PCP foi o único a votar contra o projecto, tendo-se registado a abstenção do deputado de «Os Verdes».

Iniciou-se depois a discussão na generalidade do projecto de lei do PCP que «organiza e garante o exercício do direito à participação no sistema de segurança social». Apresentado por Zita Seabra, o projecto visa contribuir para pôr cobro à violação que se vem verificando das disposições constitucionais que reconhecem às associações sindicais o direito de participar na gestão das instituições de segurança social.

PCP

1.ªs Jornadas Algarvias Dar uma contribuição real para a solução dos problemas

No último domingo, num restaurante em Faro, a Direcção Regional do Algarve do PCP, realizou um encontro com a Imprensa a fim de aí fazer um balanço global às 1.ªs Jornadas Algarvias e divulgar uma pequena síntese das conclusões aprovadas nessa importante iniciativa do Partido electuado na dia anterior em V. Real de Santo António, Olhão, Loulé, Portimão e Faro.

No encontro com a imprensa estiveram presentes, Vítor Neto, Margarida Tengarrinha e Carlos Luís Figueira, membros do CC do PCP e coordenadores de alguns dos painéis das jornadas, José Castanheiro, membro da DORAL (em substituição de José Vitoriano) e Carlos Brito, que presidindo ao encontro, introduziu os elementos em destaque.

Nas declarações de Carlos Brito, que representa uma síntese do que se passou e das conclusões a que as jornadas chegaram, salientamos em seguida as passagens mais elucidativas:

As 1.ªs Jornadas algarvias do PCP constituíram uma importante realização política quer pelos objectivos fixados e os aspectos inovadores que as caracterizaram à partida, quer pelos resultados obtidos.

«Com efeito, as Jornadas apresentaram um ponto da situação do Algarve com o exame da evolução dos seus principais problemas económicos, sociais e políticos.

«Tomaram-se como principais pontos de análise a agricultura, as pescas, as conservas e o marisqueio, o turismo, a educação sexual, o poder local e a regionalização.

«Os debates tiveram lugar, respectivamente, em Loulé, Olhão, Portimão, Faro e Vila Real de Santo António. As jornadas decorreram em sessões de trabalho, caracterizadas pela discussão viva e enriquecedora e a presença de um público muito interessado e participante. Os debates foram dominados pela preocupação de se chegar a propostas e sugestões que constituam uma contribuição real para a solução dos problemas e favoreçam o diálogo com outras forças políticas, sociais e culturais do Algarve.»

conformarão com o abaixamento indefinido das suas condições de vida e o regresso a situações a que o 25 de Abril tinha posto termo.



«Evidenciou-se uma relação muito notória entre o agravamento da situação do Algarve e a presente política governamental da responsabilidade do PS e PSD e impôs-se a conclusão de que, a manter-se uma tal política, há que esperar não apenas a falta de solução dos problemas, mas o seu agravamento.

«Na Agricultura têm-se aprofundado as assimetrias existentes entre o interior e o litoral, sublinhando-se que o facto de não existir uma visão integrada do sector agrícola acabará por vir a prejudicar mesmo as actividades mais lucrativas. A degradação do sistema de produção agrícola algarvio acelerou-se nos últimos anos.

«Quando aos recursos hídricos, sabendo-se que existem potencialidades em água (tanto subterrânea como de superfície) para proceder ao desenvolvimento socioeconómico de todo o Algarve, agudizam-se as carências pela proliferação anárquica dos furos e pela falta de empenhamento político do Governo na resolução e execução das obras necessárias para o aproveitamento das águas de superfície.

«A ausência de uma política de pescas está a conduzir ao envelhecimento da frota, à exaustão dos "stok" e à redução das capturas e à insufi-

ciência das estruturas de apoio em terra.

«São escassos os apoios estatais, nomeadamente no sector artesanal. As condições de vida e de trabalho dos pescadores continuam a degradar-se. Aumenta incrivelmente o preço do pescado no consumidor. O marisqueio e a aquacultura não são incentivadas nem apoiadas. A indústria de conservas continua a degradar-se aceleradamente.»

Medidas mais urgentes para a Pesca

- Foram apontadas como medidas mais urgentes:
• Elaboração de um plano de pesqueiro regional;
• Apoio à modernização e reconversão da frota;

- Melhoria das instalações de apoio em terra;
• Dignificação do sistema e comercialização;
• Formação profissional adequada aos tipos de pesca;
• Estudo das potencialidades do marisqueio e da aquacultura;
• Plano de emergência para a indústria das conservas.

«Quanto ao turismo sublinha-se a grande importância económica e social do sector no quadro do aproveitamento integrado de todas as riquezas da região e o esforço de combate às distorções provocadas pela forma anárquica como evoluiu ao longo dos anos.

«Alertou-se para a existência de sintomas preocupantes de crise no sector que não podem ser iludidos pelo aumento do número de entradas de estrangeiros no País e que põem em evidência toda a fragilidade e as contradições de fundo do turismo a nível nacional e do Algarve.

«Apontou-se para a necessidade de definição urgente de um conjunto de medidas de fundo (definição de uma política de turismo e de um plano de turismo nacional e regional) e de medidas concretas de que o Algarve carece no plano das infra-estruturas (saneamento, vias de comunicação, portos, etc.) e que não podem mais ser adiadas.»

Graves carências na Saúde

«O Algarve é hoje uma das regiões do País mais carenciadas em cuidados de Saúde em consequência da obstrução sistémica praticada pelos sucessivos governos na aplicação do Serviço Nacional de Saúde.

«Torna-se assim necessária a concretização de uma efectiva cobertura médico-sanitária da região, como uma distribuição correcta de um serviço de cuidados primários de saúde e hospitalar, assim como a criação de um organismo regional de coordenação do funcionamento dos serviços de saúde da região.

«São características da política do Ensino a incoerência, os cortes orçamentais e o divórcio em relação à vida, que tem vindo a provocar a lotação excessiva e a degradação das escolas e a diminuir o incentivo escolar no Algarve.

«São, deste modo, frustradas as expectativas dos alunos e desmotivados os professores, cujas condições de vida e de trabalho se deterioraram de forma progressiva.

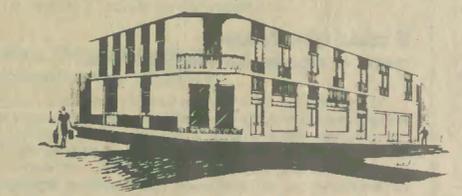
«O expediente da transferência de responsabilidades do Governo para as autarquias sem os correspondentes meios financeiros, não só não resolverá como agravará esta situação.»

Poder local

«Em relação ao Poder Local torna-se patente que, ao mesmo tempo que se impõe a sua obra notável na resolução dos problemas das populações — o que é particularmente evidente nas Câmaras de gestão APU de Vila Real de Santo António e Vila do Bispo —, levanta-se a ameaça do pacote anti-autárquico do Governo visando o empobrecimento, o enfraquecimento e o controlo das autarquias e a substituição do processo de regionalização estabelecido pela Constituição por um processo de desconcentração da Administração Central, tudo anunciando uma nova vaga de centralização dos poderes do Estado como parte integrante do projecto de um Estado totalitário.

«A luta para que a Assembleia da República diga não à ratificação do pacote anti-autárquico impõe-se como principal direcção de luta na hora presente.

«As Jornadas Algarvias do PCP não são apenas um lugar de chegada que reflecte o trabalho, o estudo e a luta das organizações do PCP no Algarve. São, acima de tudo, um ponto de partida para o reforço da actividade do Partido em defesa dos interesses das populações algarvias no quadro da acção e da luta geral do PCP em defesa dos interesses dos portugueses e de Portugal.»



Alpiarça: avança a campanha para o novo Centro do Partido

Prosegue com entusiasmo a campanha para a construção do novo Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça (distrito de Santarém). Como refere a Comissão Concelhia do PCP, «as tradições de luta do nosso Partido em Alpiarça têm raízes profundas que nos permitem arrancar com esta iniciativa com orgulho. Vamos todos demonstrar o nosso espírito de militância e desta vez é para construir o nosso Centro de Trabalho. É certo que a hora é de muitas dificuldades, mas também de luta! Contribui com a tua ajuda nas jornadas de trabalho voluntário aos sábados, ou dias de semana, materiais, dinheiro, etc.»

Célula da EDP/Porto

Decorreu no passado dia 9 a 2.ª Assembleia da Célula da EDP/Porto. Em diversas intervenções de balanço sobre o trabalho da célula e no documento de orientação política aprovado, os comunistas da EDP colocaram em análise a política do Governo para com aquela empresa e definiram as linhas de trabalho que servem os objectivos de luta do Partido, de defesa da empresa e salvaguarda dos direitos e conquistas dos trabalhadores da EDP.

A legislação que permite a entrada ao sector privado da parte mais rentável da EDP (a distribuição), o recurso forçado ao crédito externo, o crescimento das dívidas à EDP, a total ausência do planeamento, a corrupção e compadrio da gestão, o não cumprimento dos acordos estabelecidos com as estruturas dos trabalhadores e a ofensiva contra regalios dos trabalhadores foram apontadas como formas de ataque à EDP, no contexto da ofensiva generalizada do Governo contra as nacionalizações. Defendendo uma política que viabilize e dinamize a EDP como base e motor de qualquer programa de desenvolvimento, os camaradas da EDP concluíram como indispensável a revogação da actual legislação contrária aos interesses dos trabalhadores e da população, o funcionamento correcto da empresa (segundo os objectivos definidos pelo DL-502/76), o fim às restrições governamentais de acesso ao crédito interno e o combate ao compadrio e à corrupção. Com grande satisfação, os comunistas consideraram medidas de estruturação do organismo, no sentido de dinamizar a ligação dos seus vários núcleos (nomeadamente os operários) ao secretariado, de intervenção dos comunistas nas estruturas unitárias, sindicais e Comissão de Trabalhadores, de empenhamento na resolução dos problemas de fundo do Partido (foi aprovada uma meta de 70 contos para a campanha Férias de Verão), para a venda do «Avante!» e «Militante», para o trabalho de informação e propaganda, através de um boletim de célula que interesse os trabalhadores e acompanhe os seus problemas, e para a campanha de recrutamento do Partido.

A eleição de um novo secretariado composto por 12 elementos, com um maior número de camaradas dos sectores operários veio corresponder já às preocupações da célula relativamente aos problemas de direcção e distribuição de tarefas e quadros, tendo em conta a dispersão de locais de trabalho, a concentração de alguns sectores e o deficiente acompanhamento dos sectores operários. No final da Assembleia falou sobre a situação política actual o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC. Seguiu-se um almoço-convívio.

1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos

«Defender os trabalhadores e o povo, prosseguir Abril» é o lema da primeira Assembleia de Organização Concelhia de Matosinhos, a realizar no próximo dia 1 de Julho, no liceu de Matosinhos.

Entretanto, vêm decorrendo as assembleias das organizações locais e de células de empresa para eleger os cerca de 250 delegados a esta 1.ª Assembleia. Uma proposta do documento-base que caracteriza a situação económica e social do concelho, a luta do movimento associativo e popular, a luta dos trabalhadores e do povo de Matosinhos na defesa e consolidação do regime democrático e no combate à política antipopular do Governo de Mário Soares/Mota Pinto está em discussão, entre os militantes, para recolha das suas sugestões e propostas de alteração.

A organização do Partido no concelho será um tema particularmente em foco na Assembleia, que aprovará medidas para o seu reforço e dinamização.

Assembleias em Condeixa-a-Nova, Penacova, Lamego, Portalegre e Almada

Realizaram-se no último fim-de-semana as Assembleias das Organizações Concelhias do PCP de Condeixa-a-Nova e Penacova (distrito de Coimbra), Lamego (distrito de Viseu) e Portalegre, e ainda a Assembleia da Organização da Freguesia de Almada (distrito de Setúbal). Os trabalhos destas cinco assembleias decorreram com vivo interesse, tendo constituído acções de grande significado para o reforço do Partido e o melhoramento de toda a sua actividade. Na próxima edição do «Avante!» daremos uma panorâmica das principais conclusões saídas de cada uma daquelas assembleias.

2.ª Assembleia na Figueira da Foz

«Reforçar o PCP na cidade, continuar Abril» — este o lema da 2.ª Assembleia da Organização do PCP na Figueira da Foz, marcada para 30 deste mês pelo Comité Local. O contacto «porta-a-porta» com todos os militantes entregando-lhes os documentos e solicitando as suas sugestões tem sido um traço saliente da actividade preparatória da Assembleia, que decorrerá na Associação Comercial e Industrial da Figueira, com início às 14 e 30.

Reunião nacional de psicólogos comunistas

No próximo dia 30 (sábado), com início às 11 horas da manhã, realiza-se no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa, uma reunião nacional de psicólogos comunistas, em que deverão participar camaradas de todas as regiões e sectores, nomeadamente Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal e outras localidades. A ordem de trabalhos inclui o levantamento da intervenção profissional do psicólogo, domínios, problemas e limites; apreciação de linhas gerais a que deverá responder um futuro código deontológico; e a actualização dos psicólogos no Partido e do Partido entre os psicólogos. Participará na reunião o camarada Aboim Inglês do Comité Central.

Madeira: encontro de quadros sobre problemas laborais

Realizou-se no passado dia 9 na Região Autónoma da Madeira um Encontro de Quadros do PCP sobre problemas laborais e sindicais, com a presença de militantes de variados sectores de actividade. Participou no encontro o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Em conferência de imprensa realizada no Funchal, foram divulgadas as conclusões fundamentais da reunião. Entre as decisões tomadas contam-se: dedicar maior atenção do Partido ao trabalho sindical; conhecer melhor a situação laboral e social na Região; mobilizar todos os militantes para que participem na vida do seu Sindicato, independentemente da orientação deste; combater o sectarismo, devendo os comunistas ser os maiores defensores da unidade dos trabalhadores, realçando-se ainda a importância de não marginalizar alguns sectores, nomeadamente os quadros; dar prioridade ao trabalho dos comunistas nas empresas, criando ou reforçando as células de empresa; reforçar a composição e funcionamento do «Secretariado para o Trabalho Sindical», cuja actividade tem sido positiva.

Braga: Festa da Alegria a 6, 7 e 8 de Julho

A Direcção da Organização Regional do Minho do PCP vai realizar este ano a sétima edição consecutiva da Festa da Alegria, durante os próximos dias 6, 7 e 8 de Julho, no Parque Municipal de Exposições de Braga. A Festa da Alegria, iniciativa criada pelo esforço e dedicação dos comunistas da OR do Minho, ultrapassa as fronteiras partidárias para se afirmar, pelo seu carácter, pela sua amplitude, pela participação popular, pela sua estreita ligação à cultura e tradições do nosso povo, como a maior iniciativa político-cultural da região, conhecida e prestigiada já em todo o país. Na edição deste ano, estarão presentes nos espectáculos alguns dos artistas mais destacados da moderna música popular portuguesa, como os Trovante, Carlos Mendes, Vitorino, Samuel e Rui Veloso, a par da valorização de outras formas musicais como o Jazz ou a presença do rico folclore da nossa região. Os visitantes encontrarão numerosas exposições, representações de todas as regiões do continente através das respectivas Organizações Regionais do PCP, stands de artesanato, petiscos e produtos da realidade política e cultural. A análise e as propostas do PCP sobre a grave situação política, económica e social do país estarão em foco no convívio que se realizará no sábado, dia 7, à noite, com a participação do secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal. Encontram-se já à venda nas sedes do PCP os «Ingressos na Festa» — I.F.s que, ao preço de 270\$00 dão acesso a todas as realizações da Festa durante os 3 dias. Amanhã será divulgado, pela DORM do PCP, em conferência de imprensa o programa completo da Festa da Alegria.

Convívio na Romeira (Almada)

Um jantar de confraternização e amizade, petiscos e música para dançar — o convite aqui fica. Local: pavilhão da Romeira, no próximo sábado, a partir das 21 horas.

A entrada é livre. É mais uma iniciativa das camaradas da Romeira/Cova da Piedade.

Entretanto, no próximo dia 29, às 21 e 30, vai realizar-se no ginásio desportivo do Clube Recreativo da Piedade um espectáculo com as participações de Sérgio Godinho e Carlos Mendes, entre outros. O bilhete da recente Festa da Amizade, o «PA-Porta Aberta» dá acesso livre a este espectáculo. A iniciativa é da Concelhia de Almada.

Centro de Trabalho em Pataias (Alcobaça)

Com vivo empenho dos militantes comunistas e mobilizando a simpatia de muitos outros democratas, prossegue em Pataias (concelho de Alcobaça) a construção do Centro de Trabalho do PCP num terreno oferecido ao Partido por um nosso camarada. Obra desde há muito necessária para a organização local, que tem reunido em casas particulares, a construção deste novo Centro do Partido envolve presentemente uma activa campanha de recolha de fundos, materiais e equipamentos. Além das ofertas espontâneas dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido, a organização prepara um conjunto de iniciativas, nomeadamente os «porta-a-porta» na vila, espectáculos e outras acções com vista à dinamização da campanha. Como disseram ao «Avante!» os camaradas de Pataias, «se tudo continuar como até aqui, será possível concluir o principal do CT dentro de aproximadamente um ano».

Uma palavra final para sublinhar o trabalho voluntário realizado e prometido por muitos camaradas e amigos em torno da obra.

ASSEMBLEIA DA ORL

Uma magnífica Assembleia

Diz-nos a tradição — a mais antiga e a mais recente — que o Coliseu dos Recreios é uma vasta sala onde dos melhores espectáculos em Portugal têm sido aplaudidos pelo entusiasmo de muitos portugueses. Desta vez não se tratava de um espectáculo, mas a lotação encontrava-se esgotada desde o início, e esgotada esteve até final. Lá se reuniram, a par de um milhar de delegados, muitas centenas de convidados. Para participarem na primeira Assembleia da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português. Com um entusiasmo transbordante, com uma combatividade notável. O empenhamento, a vivacidade, o espírito de luta, foram as tónicas desta Assembleia da mais importante Organização Regional do Partido que, durante dois dias encheu o Coliseu de Lisboa. Uma «magnífica Assembleia», como disse Álvaro Cunhal na intervenção de encerramento



dos trabalhos. Assembleia realizada em momento de luta particularmente viva, os seus trabalhos e as intervenções apontaram os caminhos do reforço da batalha em que os trabalhadores e os democratas se empenham no sentido do derrubamento do Governo e da construção de uma alternativa democrática para o País. Por isso as intervenções em que as lutas sociais e políticas constituíram o fundamento do discurso foram vivamente aplaudidas. Com o mesmo entusiasmo com que foram votadas — sempre por unanimidade e aclamação — as várias moções colocadas à consideração dos delegados. O tom foi dado desde os primeiros acordos da Internacional, cantada de pé por todos os presentes na manhã de sábado. O sentimento de unidade manifestou-se desde logo na votação da mesa que presidiu à Assembleia, na qual tomaram



Intervenção de ALVARO CUNHAL

Camaradas:

As saudações do Comité Central às Assembleias das Organizações do Partido são transmitidas ou no princípio ou no fim. Se a saudação que vos vou transmitir tivesse sido feita no princípio, limitar-se-ia a fazer votos pelo sucesso dos trabalhos. Assim, fazendo-a no fim, não só transmito à Organização Regional de Lisboa, à sua Direcção e a todos os seus militantes as saudações calorosas pela realização da sua 1.ª Assembleia, como a todos felicito vivamente em nome do Comité Central pelo pleno êxito dos trabalhos realizados.

A importância da 1.ª Assembleia da ORL

Foi de facto uma magnífica Assembleia, de uma grande, experiente e influente organização: a maior organização do nosso Partido com mais de 52 000 membros, estruturados em mais de 3 200 organismos, com poderosa influência no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e noutras organizações de massas, designadamente no movimento associativo popular. Com influência nos intelectuais. Com maioria APU em 5 dos 15 concelhos e em 60 das 190 freguesias. Mais de 25% dos votos nas eleições legislativas e mais de 30% nas eleições autárquicas.

O Partido, conforme sublinha a Resolução Política da Assembleia, «é uma força organizada e organizadora decisiva e determinante e, sem dúvida, a politicamente mais influente no distrito de Lisboa».

Os documentos aprovados na Assembleia e as intervenções dos delegados mostraram que a Organização Regional e os seus quadros estão profundamente inseridos — como força organizadora e propulsora — na luta de todas as classes e sectores antimonopolistas, assim como das mulheres e dos jovens.

Os documentos aprovados e as intervenções dos delegados mostraram que a actividade da Organização Regional se fundamenta no conhecimento dos problemas e em propostas para a sua solução.

Além dos problemas do reforço do Partido, que constitui parte fundamental da Assembleia, os mais graves problemas económicos, sociais e políticos nacionais — a extrema degradação das condições de vida do povo, até um nível de miséria e de fome, a ofensiva contra as nacionalizações, a Reforma Agrária e os direitos dos trabalhadores, a situação das empresas e nos campos, o desastre da economia, os problemas da cultura, a acção na Assembleia da República, o Poder Local democrático — todos mereceram uma cuidada atenção da Assembleia e todos mostraram que a Organização Regional está profundamente inserida em todos os aspectos da vida da região.

Tendo em conta que se trata da organização que compreende a capital do País, sede dos órgãos de soberania, uma região com 2 milhões de habitantes, grandes centros industriais, principais empresas de serviços, pode afirmar-se que a 1.ª Assembleia da ORL não foi apenas um grande acontecimento regional, mas um importante e significativo acontecimento nacional.

Além do mais, a abordagem dos problemas económicos, sociais, políticos e culturais de Lisboa e da região, introduziu-nos sempre na visão mais larga dos problemas nacionais, na situação que o País atravessa e nos dois aspectos fundamentais que caracterizam a actual conjuntura: por um lado, a gravidade da situação e os perigos de um grande desastre nacional se o Governo Soares/Mota Pinto continua no Poder; e, por outro lado, em contraste com o enfraquecimento do Governo, a força e a vastidão do movimento operário, popular e democrático, constituindo uma base de apoio suficiente para uma alternativa democrática.

Os trabalhos da Assembleia evidenciaram que a Organização Regional de Lisboa, tem plena consciência da grave situação que vivemos e dos perigos ainda mais graves que vivemos. Mas tem também plena consciência da força da classe operária, da força do movimento popular, da força da democracia, da força das instituições, da força do Partido, — e por isso os trabalhos da Assembleia foram sempre animados pela determinação de luta, pela plena confiança em que a reacção será derrotada, o Governo Soares/Mota Pinto será demitido, uma alternativa democrática será encontrada e Portugal retomará o caminho democrático, progressista e independente aberto pela Revolução de Abril.

Saudação à DORL eleita

Há boas razões para saudarmos com alegria a nova DORL eleita na Assembleia.

Primeiro — porque foi eleita, o que, no seguimento de numerosas assembleias de organização que se estão realizando no Partido, indica o aprofundamento da democracia interna, que se deve aperfeiçoar cada vez mais, não só no cumprimento dos princípios estatutários, mas como forma natural de pensar, de resolver e de agir.

Segundo — porque foi agora assegurada maioria operária na DORL, aplicando-se assim a «regra de ouro» que tão grande influência tem tido na solidez ideológica, na firmeza política e na combatividade revolucionária do nosso Partido.

Terceiro — porque foram eleitos e portanto reconduzidos numerosos camaradas, magníficos quadros, que ao longo dos anos mostraram estar à altura das suas altas responsabilidades.

Finalmente, porque as mulheres estão mais fortemente representadas na nova DORL — passando de 24% da DORL anterior, para 25,4% na DORL agora eleita.

Desejamos à DORL que acaba de ser eleita, bem como a todos os membros da organização regional, bom trabalho e o tradicional entusiástico empenhamento na realização das tarefas decididas na Assembleia, bem como na realização das tarefas indicadas pelo X Congresso do nosso Partido.

Estamos certos de que a organização regional, a sua direcção,

os seus quadros, os seus militantes saberão corresponder inteiramente à confiança do Partido, dos trabalhadores e das massas populares.

É mais que tempo para a demissão do Governo

Nos trabalhos da 1.ª Assembleia da ORL foram largamente referidas e documentadas as nefastas consequências da política do Governo Soares/Mota Pinto.

No que respeita à degradação das condições de vida do nosso povo foram apresentados dados globais, e casos concretos de despedimentos, de desemprego, de salários em atraso, de liquidação de regalias sociais, da baixa vertical do poder de compra resultante dos repetidos e brutais aumentos de preços, da miséria e da fome, que o bem alimentado Primeiro-Ministro diz não existir mas que toca já centenas de milhares de portugueses.

No que respeita às nacionalizações, foram apresentados numerosos exemplos da criminoso ofensiva do Governo PS/PSD, abordada a criação de bancos privados, citados casos de verdadeira sabotagem com vista à liquidação de empresas e sectores nacionalizados e à restauração dos monopólios.

No que respeita à Reforma Agrária, apesar de, na prática, não respeitar directamente à região, foi referida a continuação da ofensiva e a preparação de novas leis contra «a mais bela conquista da Revolução», e, numa exaltante manifestação de solidariedade, a 1.ª Assembleia manifestou o apoio aos trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

No que respeita à situação económica, foi referida a diminuição da produção, o encerramento de empresas, os campos abandonados, as rendas comerciais, as falências, o descalabro geral e o desastre para o qual o País está a ser arrastado pela política de restauração monopolista.

Há quatro dias (13.6.84), o Primeiro-Ministro veio anunciar que brevemente será publicado «um plano de recuperação económica e financeira».

Mas quantas vezes já não o ouvimos dizer o mesmo? Em 1976 foi a história do «túnel». Seria uma curta passagem pelo escuro e depois seria a luz, a recuperação, o desenvolvimento, o progresso económico e social.

A verdade é que, em 1976, o actual Primeiro-Ministro, que então também o era, meteu Portugal no «túnel», prometendo para breve a recuperação económica, mas Portugal nunca mais saiu do túnel e, em vez de recuperada, a economia degradou-se rapidamente mais e mais até atingir a gravíssima situação actual.

A verdade é que a chamada «recuperação económica» foi apenas recuperação capitalista, latifundista e imperialista e um processo de restauração dos monopólios fascistas ao preço do afundamento da economia nacional.

Não, ninguém acredita, na «recuperação económica» uma vez mais prometida pelo dr. Mário Soares.

Além do mais, ainda há cerca de 15 dias, falando do troço do túnel, correspondente ao Governo PS/PSD, os dois ministros mais próximos do 1.º, diziam coisas contrárias.

O ministro Almeida Santos afirmou que «os 18 meses de período conjuntural de emergência podem ser reduzidos». E o ministro Eduardo Pereira afirmou que os tais 18 meses poderiam ter um «eventual alargamento».

Não, só quem se queira enganar, acredita ainda nas promessas do Primeiro-Ministro.

A continuação deste Governo é o caminho para o completo desastre. No interesse nacional, é urgente pôr fim a esta política de miséria, de fome e de destruição.

Ofensiva global contra o regime democrático

Na sua reunião de 13 de Março, o CC fez a séria advertência de que a política de restauração dos monopólios fascistas não se dirige já só contra os interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares, contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, contra tais e tais direitos e liberdades.

A acção do Governo volta-se agora contra o regime democrático e, como preço pago pelo apoio do imperialismo, compromete gravemente a independência nacional.

De facto, impotente para, no quadro da democracia, levar por diante os seus planos e vencer a resistência popular, o Governo PS/PSD passou a uma ofensiva frontal contra o regime democrático.

Ofensiva que se desenvolve em ataques a liberdades e direitos essenciais, com planos e projectos de novas leis sobre organização sindical e de partidos políticos sobre o direito à greve, com constantes intervenções governamentais e policiais para impedir o seu exercício, com a progressiva generalização da repressão nas empresas, com limitações ao direito de informação, com a monopolização governamental da Comunicação Social, com a utilização crescente da provocação.

Ofensiva que se desenvolve na tentativa de destruição das instituições democráticas, com as leis e medidas que revelam o plano de subverter e liquidar o Poder Local democrático, com o novo regulamento da Assembleia da República, com leis e medidas que afectam a independência dos tribunais, com outras, tendentes a colocar a Função Pública ao serviço do processo contra-revolucionário, com novos projectos de leis eleitorais tendentes a fazer das eleições mascaradas eleitorais, garantindo uma falsa legitimação da eterna permanência no Poder das forças reacçãoárias.

Ofensiva que se desenvolve finalmente com uma série de medidas que revelam o plano de pôr rapidamente operacional um Estado de tipo totalitário.

É a formação e intervenção crescente de forças especiais de repressão. É a criação dos serviços de informação política. É a criação da «ficha do cidadão». É, finalmente, a proposta de lei de

segurança interna, cujas disposições têm em si indeléveis marcas pidescas e fascistas.

Não há qualquer exagero nesta caracterização. Não há dois dias que entrou na Assembleia da República essa já tristemente célebre proposta de lei de «segurança interna».

A ser aprovada, tal lei institucionalizaria as buscas domiciliárias, a violação da correspondência, as escutas telefónicas, a vigilância de pessoas, as prisões sem culpa formada, condenações à maneira dos antigos tribunais plenários da ditadura, a proibição de sair do País, a proibição, suspensão ou dissolução de manifestações e reuniões por decisão do ministro da Administração Interna.

A ser aprovada tal lei, o Primeiro-Ministro (que é um dos subscritores da proposta) seria a Autoridade Nacional de Segurança Interna, e assim veríamos o dr. Mário Soares arvorado numa espécie de chefe dos chefes de polícias políticas, possivelmente a dar despacho para abrir cartas, escutar ligações telefónicas, entrar casa dentro de cidadãos e exercer outras actividades pidescas.

Dir-se-ia que o dr. Mário Soares não só perdeu o sentido da dignidade própria como perdeu também (e isso é ainda mais grave) o sentido de dignidade das funções que desempenha.

Estais certamente de acordo que é necessário multiplicar os protestos contra esta celerada proposta de lei que viola ostensivamente a Constituição e as liberdades e direitos dos cidadãos nela consagrados.

E estais também certamente de acordo com a iniciativa do Grupo Parlamentar do nosso Partido no sentido de impugnar a própria admissibilidade de tal proposta na Assembleia da República.

Alerta à provocação

Todas as medidas tomadas ou anunciadas contra o regime democrático, são apresentadas e defendidas com critérios e explicações do mais puro reacçãoarismo.

A mentira, a invenção, a grosseira deturpação de factos, a calúnia, a injúria, a teorização parafascista, tornaram-se componentes da acção política do Governo PS/PSD.

Característico e típico da ofensiva contra o regime democrático, é a utilização da provocação contra o PCP e contra o movimento operário pelo Governo PS/PSD, particularmente pelo seu Primeiro-Ministro e pelos seus propagandistas.

O ódio do Primeiro-Ministro ao PCP expressa-se com tal descomedimento e descompostura, que se tem de admitir que tal fúria não provém só da força do PCP, da firme oposição do PCP, do facto de que o PCP é a grande força de resistência à reacção e o grande organizador e impulsor da luta que conduzirá a uma alternativa.

Dir-se-ia que tal fúria resulta também do contraste entre a sua própria trajetória (dele Primeiro-Ministro) e a luta consequente do PCP, sempre fiel nas palavras e nos actos aos seus objectivos de liberdade dos trabalhadores, ao ideal e às conquistas de Abril, à Democracia, ao Socialismo e ao Comunismo.

Pode considerar-se de forma compreensiva um tal processo psicológico.

Mas não pode aceitar-se que um Primeiro-Ministro faça da provocação um instrumento de luta contra a oposição.

Provocação é a insistente tentativa do Primeiro-Ministro de associar a actividade do PCP e a luta dos trabalhadores e do povo aos atentados terroristas das chamadas FP-25 que constituem também criminosas provocações, servindo de tal forma os objectivos e planos antidemocráticos e repressivos do Governo PS/PSD, que é legítimo perguntar se é apenas coincidência ou se não haverá qualquer conexão orgânica inserida numa mesma estratégia.

Provocação são as constantes afirmações e insinuações acerca de acções «desestabilizadoras» ou «insurreccionais». Provocações são as deturpações dos factos, afirmando-se, por exemplo, que o Partido apoia assaltos a estabelecimentos, quando o Partido afirma precisamente o contrário.

Provocação é explicar a grandiosa Concentração Nacional de 2 de Junho no Terreiro do Paço, acusando o movimento operário de utilizar para o efeito os processos de Salazar.

Provocação é insinuar «conotações» da Associação 25 de Abril com o PCP.

Provocação é a insistente calúnia, herdada da PIDE e da ditadura fascista, de que o PCP obedece ao estrangeiro.

É particularmente inquietante observar que são criadas polícias repressivas, serviços de informação política e fichas de cidadão e que se pretendem institucionalizar buscas domiciliárias sem mandado, escutas telefónicas, violação de correspondência, proibições arbitrárias do exercício de liberdades e direitos, por um Governo e por um Primeiro-Ministro para os quais a insinuação mais torpe, as calúnias, as provocações mais grosseiras se tornaram armas de uso corrente contra o PCP e o movimento operário e popular.

Aqui cabe afirmar que serviços e medidas repressivas de tipo fascista, provocações por muito vis que sejam, não conseguirão afastar o PCP um milímetro que seja do seu justo caminho ao serviço do povo e da Pátria, não conseguirão vergar a determinação nem abafar a vontade de luta da classe operária, dos trabalhadores, do povo de Portugal.

A independência nacional em perigo

Quanto à política externa, a acção do Governo PS/PSD é inteiramente dominada pelo objectivo de obter apoio à sua política contra-revolucionária, política contra o povo português, contra Portugal.

Em troca de tal apoio, o Governo paga com graves concessões económicas, (instalação de bancos americanos, entrega de posições dominantes em sectores básicos da economia, aceitação de revoltantes ingerências imperialistas e ordens do FMI), concessões que abrem caminho à exploração dos nossos recursos e ao domínio da nossa economia pelo imperialismo.

Paga com acordos e facilidades militares (Acordo Técnico das Lages, estação de rastreio de mísseis, submarinos atómicos no

«A vastíssima e poderosa frente social em movimento é já hoje»



porto de Lisboa, utilização em estudo da Base de Base de Intervenção Rápida norte-americana) — acordos que transformam Portugal numa base militar dos Estados Unidos.

Paga com uma política externa sem o mínimo orgulho e de dignidade nacionais, — política externa que gal (nas suas relações com os outros países, desmante zonas como a América Central, o Próximo Oriente e cria um instrumento das intrigas, das conspirações, do mínimo mundial de agressão e de guerra do imperialismo cano.

Há poucos dias foi essa indesejável visita de um vergonhosa exibição de amizade e cooperação do Governo Mota Pinto com os racistas sul-africanos, amizade de milhões de telespectadores com um beijo familiar de da ilustra a indignidade da política externa do Primeiro-Ministro.

Agora, poucos dias passados, submetto ao governo, vai o Primeiro-Ministro à Coreia do Sul, — país ocupado pelas tropas norte-americanas e submetida a uma ditadura fascista.

Trata-se de um verdadeiro insulto a Portugal de não poder deixar de provocar a condenação e a repulsa de democratas e patriotas portugueses.

Anteontem, dando notícia dessa visita e dos discursos respectivos, a RTP sublinhava a identidade do Gueguês e do governo da Coreia do Sul naquilo a que o defesa das liberdades e da democracia.

Vê-se que, por este andar, daqui a pouco só falta Aproveitamos a ocasião para aqui expressar ao Partido da Coreia e ao povo coreano a nossa solidariedade à reunificação pacífica da sua pátria na base das promessas da República Democrática Popular da Coreia.

Democracia e independência inseparáveis das conquistas de Abril

Fica uma vez mais em evidência que a guerra dos trabalhadores e o povo em geral e a restauração e latifundista, não só são incompatíveis com a democracia, mas com uma política nacional independente, como acabam-se com a tentativa de destruição do regime democrático e da independência nacional.

Fica uma vez mais em evidência que a defesa dos trabalhadores, das massas populares, das conquistas da Revolução se identifica com a defesa do democrático e da independência nacional.

Fica uma vez mais em evidência que nenhuma política é mais consequentemente democrática e popular do que a que defende com mais empenho, energia e liberdades e direitos dos cidadãos, o regime democrático da Pátria, do que o Partido Comunista Português.

Mário Soares líder da reacção

É uma triste verdade que Mário Soares, secretário-geral actualmente o processo contra-revolucionário, Primeiro-Ministro e em íntimo colaboracionismo com as forças do O Governo está completamente desacreditado e o do Primeiro-Ministro é o espelho vivo do desastre do Governo.

Que pode o povo português dizer de um homem que mava socialista e dizia defender os trabalhadores e hoje, — se a si próprio «socialista do século XXI», conduz uma social contra os trabalhadores e está inteiramente ao grandes capitalistas e agrários e da restauração dos fascistas?

De um homem que se afirmava da esquerda e se para fazer a política da direita?

De um homem que se afirmava pluralista e hoje grosseiras provocações contra o Partido que sempre tendo o mais firme, consequente e dedicado defensor dos direitos dos cidadãos?

De um homem que se afirmava democrata e dizia liberdades e direitos e hoje, no Governo, ataca as liberdades e direitos e se está tornando o patrão das propostas chegado dos serviços de informação política, da lei pidesca de segurança interna?

De um homem que se afirmava impotente e dizia «o homem dos americanos em Portugal»?

Por tudo isso, quando o povo exigiu a demissão do Primeiro-Ministro Soares, e também naturalmente do vice Mota Pinto, a sua vez, em queda livre, deixou já de ser um chefe político transformar numa anedota.

O Governo é colectivamente responsável. Mas o Primeiro-Ministro é o primeiro responsável pela política do Governo.

ar o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, antes do seu regresso de uma missão política em Espanha. Cunhal, na sua intervenção na Assembleia da ORL, afirmou que a situação do país é grave e que a classe operária deve estar preparada para a luta. Cunhal também mencionou a importância da unidade entre os democratas e a necessidade de uma alternativa democrática para Portugal. A sua intervenção foi muito aplaudida e contribuiu para o sucesso da Assembleia.

gar o secretário-geral do CP, Álvaro Cunhal, Domingos Brites, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, e José Casanova, membro da Comissão Política do CC, além de outros membros do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. A unanimidade presidiu a todas as votações, tanto para a constituição da mesa como para a constituição dos outros órgãos da Assembleia.

O Partido com o Povo, Avante com Abril!, era o lema que enfeitava a mesa que presidiu aos trabalhos abertos pela camarada Rosa Rabiais que deu a palavra ao camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC para a primeira intervenção do dia, de que publicamos hoje extractos. Aquele dirigente do PCP saudou a presença dos representantes de Direcções Regionais do Partido que vieram a Lisboa assistir à Assembleia da ORL. Alentejo, Lema, Porto, Santarém e Setúbal estavam assim representados.

As intervenções que se sucederam ao longo do fim-de-semana e que referimos

noutro local, baseavam-se não apenas nos estudos realizados durante os trabalhos preparatórios, como os culminavam ali, apontando os caminhos para superar deficiências, para reforçar lutas, para tornar o Partido mais forte e actuante no distrito da capital. Foi uma Assembleia virada para o futuro, aquela a que tivemos oportunidade de assistir. Mesmo se o passado e as lutas do passado não foram esquecidas — como em inúmeras intervenções se provou, como era patente na exposição que acolhia no átrio os delegados e os convidados. Momento particularmente vibrante foi aquele em que, saudando na intervenção de José Casanova a memória do camarada Pires Jorge, recentemente falecido, uma prolongada salva de palmas reboou na sala inteira. De pé, um milhar de delegados aplaudiam a memória viva de um combatente comunista. Só passados minutos o silêncio se fez, num recolhimento em que os disparos das máquinas fotográficas se distinguiram nitidamente.

Durante os trabalhos foram aprovadas várias moções. A primeira, sobre a situação política, acusando o Governo

de «aumentar os preços, promover o desemprego e a fome», de «permitir a corrupção» de «recorrer ao autoritarismo e à repressão», de «colocar a direcção da economia nas mãos dos magnatas americanos». A moção proclama a «luta de massas como um elemento fundamental de contensão e derrota dos ataques ao regime democrático» e proclama ainda «que é exigência prioritária a demissão do Governo», sublinhando por fim que os comunistas do distrito «reforçam a vontade de cumprir com honra e determinação as suas responsabilidades», e que a luta vai continuar.

Outra das moções aprovadas, sobre a luta em Defesa da Paz e a Solidariedade Internacional, manifesta o empenhamento dos comunistas nas variadas iniciativas em defesa da paz, e «pela continuação da luta contra a política antinacional do Governo, reclamando a sua demissão e denunciando os actos concretos de cadência e capitulação perante o imperialismo».

Sobre a Reforma Agrária também foi aprovada uma moção, exigindo a rectificação das decisões arbitrárias

inconstitucionais e ilegais e a cessação de novos ataques àquela conquista revolucionária, exprimindo «a mais profunda confiança na luta dos trabalhadores da Reforma Agrária» e a «inteira e activa solidariedade da classe operária, dos trabalhadores, dos intelectuais e de todo o povo do distrito de Lisboa aos heróicos trabalhadores alentejanos e ribatejanos».

Também sobre a «Festa do Avante!» foi aprovada uma moção, comprometendo-se os delegados a «promover uma grande campanha política de divulgação da Festa, da venda de EP's e de recolha de materiais e produtos», e a «organizar as maiores jornadas de trabalho voluntário de sempre, com início já nos próximos dias 21, 23 e 24 de Junho».

Sempre com calor, os trabalhos decorreram, cumprindo horários escrupulosamente. Participaram na Assembleia, conforme foi revelado pela Comissão de Mandatos, 1108 delegados, sendo 64 por inércia e os restantes eleitos pelas várias organizações, havendo sido realizadas 549



reuniões anteriormente à Assembleia. A composição social dos delegados era, para os operários 44 por cento; 39 por cento eram empregados; 0,6 por cento agricultores, 9 por cento de intelectuais e quadros técnicos; 1,3 por cento de comerciantes e industriais, 6 por cento de vários. As mulheres delegadas representavam 23,5 por cento do total.

Foram estes delegados que votaram por unanimidade e aclamação o documento que passou a constituir a resolução da Assembleia. Longos minutos de ovação sublimaram a votação realizada. Era já uma festa. E em festa subiram à mesa representações de várias células e de outros organismos, da JCP de Lisboa e dos Pioneiros do Algueirão,

para fazer entrega à DORL de belas prendas. Depois tomou a palavra o camarada Octávio Pato de cuja intervenção centrada no trabalho do Partido publicamos hoje extractos.

Festa também no domingo à tarde, após a eleição da nova Direcção da Organização Regional de Lisboa que o camarada José Casanova apresentaria, lendo a longa

lista dos camaradas sublinhado por um ininterrupto aplauso. A festa lá fora na rua, onde a chuva de Verão ferveu de repente sobre os convidados que aguardavam o momento de entrar. Dançava-se e cantava-se antes de a sessão abrir. Mas não era só festa. «A Luta continua, Governo para a Rua», gritava-se. «Assim se vê a força do PCI», gritava-se também. E via-se.

«Hoje expressão de uma vontade política com força bastante para assegurar a alternativa.»

A indignação e revolta contra o Governo é assim também, muito justamente, indignação e revolta contra o Primeiro-Ministro. Quando é alvejado pelas vaias espontâneas do povo, onde quer que aparece em público, o Primeiro-Ministro explica, ante os olhos da imprensa, que se trata de uns tantos «energúmenos» e «desordeiros» que o PCP manda andar permanentemente atrás dele para o vaiarem.

A verdade é que, se o viaissem todos que têm vontade de o fazer, certamente que o vaiariam milhões de portugueses.

O povo reclama que o Governo PS/PSD vá para a rua, que Soares e Mota Pinto, vão para a rua.

Bem podem polícias e serviços de Estado a mando do Primeiro-Ministro procurar tapar as inscrições.

Elas são tantas que continuam a ver-se por toda a parte. «Soares Pinto para a rua» não está apenas nos muros e nas paredes. Está na voz, no grito, no clamor, na vontade e determinação do povo português.

E para nós é certo: com a luta do povo irá para a rua.

A quase inevitabilidade de mudança do quadro político

Sempre temos considerado o PS um partido democrático. Sempre temos afirmado que no PS e no seu eleitorado há muitos democratas sinceros. Insistimos anos e anos na possibilidade de um acordo com o PS para possibilitar uma alternativa democrática. Insistimos ainda baldadamente nessa possibilidade quando, nas eleições de 1982, a «AD» foi derrotada e passou a haver na Assembleia da República (como continua hoje a haver) uma maioria de deputados comunistas e socialistas.

Mas como classificar actualmente a política do PS?

A política do PS é a sua política oficial e a política oficial do PS é a política comandada pelo seu secretário-geral, actual Primeiro-Ministro: política de aliança com a reacção, política contra os trabalhadores, política de liquidação das conquistas de Abril, política de manutenção do regime democrático, política de submissão e entrega ao imperialismo.

Sabemos directamente que muitos socialistas estão em desalinho com Mário Soares e a sua política. São muitos que o dizem. Muitos socialistas estão contra a aliança com a reacção e contra a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo.

Mas será previsível uma rectificação, pelo menos a curto prazo, da política do PS?

Tudo quanto se conhece permite afirmar que, sob a direcção de Mário Soares, é de prever que o PS continuará na sua actual vergonhosa política.

Por isso, apesar do respeito que nos merecem os socialistas que se uniram ao programa do seu partido, tem de afirmar-se que, para uma alternativa democrática, na situação concreta que actualmente vivemos, há que contar sem dúvida com muitos socialistas mas não há que contar com o PS, com a sua política oficial.

Temos afirmado que existe um vastíssimo campo social, que compreende grande parte do eleitorado do PS e do PSD, que não se reconhece mais no PS e no PSD. Muitos desses vêm até ao nosso Partido e estamos confiantes em que virão cada vez mais. Mas muitos outros estão aptos a integrar-se em novos eventuais partidos que venham a alterar o quadro partidário actual.

Como o nosso Partido tem sublinhado, mesmo com o actual quadro partidário (com um PS aliado à reacção) poderá institucionalmente haver uma alternativa democrática — uma alternativa de emergência, uma alternativa conjuntural. Mas uma tal alternativa não poderá ser estável e duradoura no quadro da Constituição.

Por isso, das duas uma: ou continua sem alteração o actual quadro partidário e, mais ou menos em três, será o impasse do regime; ou o quadro partidário acabará por modificar-se num sentido favorável à democracia.

A análise da situação conduz-nos à conclusão de que não só é desejável como é possível e quase inevitável a mudança positiva do quadro partidário.

É urgente a demissão do Governo

A luta dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, das mulheres, da juventude, dos intelectuais, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, de todas as classes e camadas sociais gravemente atingidas pela política do Governo PS/PSD, desenvolve-se (e é necessário e inevitável que continue a desenvolver-se) com objectivos concretos e imediatos relativos aos seus mais prementes problemas, necessidades e reivindicações.

Mas, em todas as lutas de carácter social com objectivos imediatos, insere-se, como objectivo comum, unificador e mobilizador, a exigência da demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto.

A reclamação da demissão do Governo Soares/Mota Pinto tornou-se a reclamação central e fundamental do povo português.

A demissão do Governo Soares/Mota Pinto tornou-se uma exigência nacional prioritária.

O acordo a este respeito é vastíssimo. Mas, em alguns sectores, aparecem ideias diversas que devemos combater em relação a aquilo a que chamamos o «timing».

O nosso Partido combate a ideia de que a demissão do Governo deveria resultar das eleições presidenciais de 1985.

Esperar as eleições presidenciais de 1985, portanto mais ano e meio com este Governo, seria aceitar a liquidação das conquistas democráticas, o desastre da economia nacional, golpes possivelmente mortais no regime democrático e na independência nacional.

O nosso Partido combate também a ideia de que a demissão depende do mais completo descrédito do Governo.

A nomeação recente para ministro da Qualidade de Vida de um sujeito que é a encarnação da poluição e da pornografia políti-

cas, mostra que o Governo está tão totalmente encharcado no descrédito que se tornou insensível à degradação da sua própria imagem.

Não há, pois, que esperar ainda maior descrédito.

Não só o descrédito do Governo Soares/Mota Pinto é enorme, como são possíveis manobras e medidas demagógicas, com as quais o Governo procura enganar e recuperar sectores mais vacilantes.

O nosso Partido combate também a ideia de que a demissão do Governo deverá resultar de um agravamento das rivalidades internas e divisões, ao ponto de provocar a completa desagregação da coligação PS/PSD.

Rivalidades e divisões existem sem dúvida e delas nos é dado diariamente um espectáculo degradante, mas seria o mais grave dos erros esperar a completa desagregação da coligação e a queda automática do Governo.

O Governo não cairá automaticamente. Mesmo roído de contradições: mesmo fraco, mesmo condenado à derrota, agarrar-se-á ao Poder até dele ser afastado.

A demissão do Governo Soares/Mota Pinto tem de ser obra da luta do povo e do funcionamento democrático das instituições.

Como sublinhou o nosso Comité Central na sua reunião de 4 de Junho, «o momento é particularmente favorável para a acção e a mudança».

É necessário aproveitá-lo para tomar a iniciativa, para actuar, para lutar, para criar o mais rapidamente possível as condições, objectivas e subjectivas, sociais, políticas e institucionais, para uma alternativa democrática.

O povo em luta — força bastante para uma alternativa

A propaganda governamental e reaccionária bombardeia a opinião pública com a afirmação repetida de que o Partido, os sindicatos, as organizações populares, perderam a capacidade de mobilização e que as massas populares não respondem aos apelos de resistência e de luta.

A verdade é, porém, que em raros momentos o movimento operário, democrático e popular apareceu na cena da luta social e política, mais vasto, com tão elevada expressão de aliança das classes antimonopolistas, com tão grandiosas manifestações da vontade e dos objectivos das massas populares.

As comemorações do 25 de Abril, a jornada do 1.º de Maio, a Concentração Nacional no Terreiro do Paço em 2 de Junho, contam-se entre as mais poderosas acções de massas alguma vez realizadas.

Culminando milhares e milhares de lutas que constantemente se travam, essas grandes jornadas evidenciaram, por um lado, o isolamento crescente do Governo PS/PSD, a drástica redução da sua base de apoio; e, por outro lado, evidenciaram a vastidão da indignação e da revolta populares e da base de apoio social e político para uma alternativa democrática.

A luta continua, e, porque a luta continua, o processo de isolamento do Governo é irreversível e o processo da criação de condições para uma alternativa democrática também o é.

Quando o Governo Soares/Mota Pinto procura montar apressadamente um aparelho pidesco de repressão política, limitar liberdades e liquidar direitos, destruir o regime, não mostra a sua força, mas a sua fraqueza e o seu medo.

O Governo tem medo da democracia, porque o terreno lhe foge debaixo dos pés, porque lhe foge a base de apoio, porque a classe operária, unida e fortemente organizada, assumiu na prática, o seu papel de vanguarda, porque Portugal se levanta para fim à política de desastre nacional, e porque se aproxima a hora da verdade, a hora da derrota definitiva e da demissão do Governo PS/PSD.

Os documentos e as intervenções dos delegados na 1.ª Assembleia da ORL, testemunham a poderosa contribuição dada pela classe operária, pelo povo, pelos democratas, pelo nosso Partido, para o desenvolvimento da luta popular de massas.

Estamos certos de que, no cumprimento das decisões da 1.ª Assembleia, os comunistas da região de Lisboa não pouparão trabalho e esforços e darão o melhor das suas capacidades e energias para apressar a derrota da reacção e a vitória do Portugal de Abril.

Preconceitos e hesitações a vencer

As forças da democracia são incomparavelmente mais poderosas que as da contra-revolução. Não só no plano social. Também no plano político.

Se se unissem, ou mesmo se convergissem a sua actuação de forma organizada, todas as forças sociais e todos os democratas e patriotas que se opõem à política do Governo Soares/Mota Pinto e se pronunciam por uma alternativa democrática, a queda do Governo estaria para já.

Mas tem de dizer-se que, apesar dos progressos na convergência de lutas e acções, ainda se manifestam graves hesitações em importantes sectores sociais e políticos.

É necessário que vençam as suas hesitações aqueles democratas e patriotas que, compreendendo embora que o movimento operário e popular é base essencial e força determinante de uma dinâmica de alternativa, temem entretanto, sem qualquer razão, ser ultrapassados pelas massas.

É necessário que vençam as suas hesitações aqueles que sobrepõem os seus preconceitos anticomunistas à necessidade da unidade da convergência das forças necessárias para fazer o País sair da crise e resolver os problemas nacionais.

É necessário que vençam as suas hesitações aqueles que, por influência da propaganda reaccionária, receiam as «conotações» com o PCP, mesmo que se trate de coincidência em análises objectivas e em objectivos básicos elementares.

É necessário que vençam as suas hesitações aqueles que temem um suposto propósito hegemónico do PCP, quando a verdade

(demonstrada pelos factos) é que o PCP está inteiramente ao serviço de uma alternativa, sem qualquer sectarismo ou estreiteza partidária, pronto ao entendimento e à cooperação, com o supremo objectivo de defender e salvar as conquistas democráticas, o regime, a independência nacional.

Linhas fundamentais de uma nova política

Quando se exige a demissão do Governo Soares/Mota Pinto, não se trata apenas de exigir a substituição de uns homens por outros homens, de uns partidos por outros partidos, mas de substituir uma política por outra política, uma política contra-revolucionária por uma política democrática.

Substituir uma política que se baseia na violação e afrontamento constantes da Constituição, no plano de uma nova revisão para a sua liquidação, na alteração abusiva da organização económica, na liquidação de direitos dos cidadãos, por uma política assente na única base sólida possível: a Constituição e a nova realidade nacional criada pela Revolução de Abril.

Substituir assim a desestabilização geral — económica, social, política, institucional — pela estabilidade económica, social e política democrática — condição indispensável para a verdadeira recuperação económica e o desenvolvimento do País, para o melhoramento das condições de vida dos portugueses, para a liberdade, o progresso e a independência nacional.

Substituir a política de recessão por uma política de dinamização da economia portuguesa, do aumento da produção industrial e agrícola, de mobilização dos recursos e potencialidades nacionais, apoiando sem discriminações todas as formações económicas com crédito a juros mais baixos e bonificados, com o relançamento dos grandes projectos nacionais.

Substituir a política dos despedimentos do lay-off, do desemprego em massa, dos «excedentários», dos salários em atraso, das altas constantes, monstruosas e mafiosas dos preços, por uma política que assegure e crie postos de trabalho, contenha os preços, possibilite o melhoramento das condições de vida material e cultural do povo.

Substituir a política de guerra social, de agudização dos conflitos, de afundamento do País no desastre da cruzada da restauração monopolista e latifundista por um esforço nacional e patriótico em que se empenhem todos os portugueses.

O Governo repete insistentemente que ninguém propõe uma política alternativa. A verdade é que o nosso Partido, em numerosos e fundamentados estudos e documentos, tem indicado não só as grandes linhas, mas as políticas sectoriais para fazer o País sair da crise e resolver os problemas nacionais.

Sucedem também que, ante as propostas realistas, positivas e construtivas do nosso Partido, alguns contrapõem um obstáculo: a gigantesca dívida externa e as obrigações que comporta.

E perguntam: que fará o Partido em tais circunstâncias? Não deixamos a pergunta sem resposta em alguns aspectos essenciais.

Em primeiro lugar, a dinamização da economia nacional, o aproveitamento dos recursos portugueses, o aumento da riqueza produzida são o único caminho para diminuir a necessidade de empréstimos externos.

Em segundo lugar, a perspectiva da contracção de empréstimos deve ser vista à distância e também à distância se devem criar condições para reforçar a capacidade negociadora.

Em terceiro lugar, é necessário e possível diversificar as fontes e os tipos de créditos.

Em quarto lugar, Portugal deve negociar com os pés assentes nos interesses nacionais e não aceitando servilmente as condições do FMI e de outras instituições financeiras, apenas porque essas condições coincidem com as ofensivas e propósitos contra-revolucionários em curso.

E, finalmente, os problemas da dívida externa constituem hoje um problema em discussão em todo o Mundo. Tanto especialistas como governos vão chegando à conclusão de que nem as dívidas externas existentes, nem os juros respectivos poderão alguma vez ser pagos.

De momento não defendemos que Portugal recuse o pagamento da dívida externa. Mas cremos que os interesses nacionais exigem que se coloque na agenda a renegociação da dívida externa, dos seus prazos e dos seus juros e que os portugueses se não conformem em ver o seu futuro estrangulado e a sua independência sufocada por uma dívida externa contraída por governos que aos seus planos de classe sacrificaram o futuro e a independência do nosso país.

Portugal de Abril precisa do PCP

Constitui uma realidade da vida nacional que o PCP — pela verdade e seriedade da sua actuação, pela sua inteira fidelidade aos compromissos assumidos perante o povo português — é o único grande Partido que dá a garantia de defender em quaisquer circunstâncias os interesses do povo e do País.

Seja com o actual quadro partidário, seja com um quadro partidário modificado em consequência da criação de novos partidos, o PCP continuará a ser uma força necessária e indispensável para fazer frente à reacção, para defender os interesses vitais dos trabalhadores e das massas populares, para salvaguardar as grandes conquistas da Revolução, o regime democrático e a independência nacional.

O PCP é o único Partido actualmente existente que nenhum outro poderá substituir.

Nenhuma outra força poderá substituir o PCP, pela sua natureza e representatividade de classe, pelas suas profundas raízes na classe operária e no povo em geral, pela sua solidez política, ideológica e orgânica, e a mais alta expressão dos interesses, objectivos e aspirações populares.

Todos aqueles que são explorados, que são oprimidos, que sofrem desigualdades, discriminações e injustiças sociais, é no PCP

que encontram, e só no PCP poderão encontrar, a firme defesa dos seus interesses e direitos e a indicação do caminho certo para a solução dos seus problemas.

A crise poderá ser superada e os gravíssimos problemas gerados pela política de restauração dos monopólios poderão ser resolvidos. Nunca na base de uma luta feraz contra o PCP e contra os trabalhadores, mas, pelo contrário, com o trabalho e o empenhamento patriótico dos trabalhadores e do povo português, com a força, o trabalho, o conhecimento profundo dos problemas, a preparação, a capacidade organizativa de mobilização e de realização do Partido Comunista Português.

Por isso, o reforço do PCP é condição de uma alternativa.

A 1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa consagrou justamente grande atenção — podemos dizer: o grosso das atenções — aos problemas do reforço do Partido. Com a merecida valorização do trabalho realizado. E um espírito autocrítico indispensável.

Reforçando o que o camarada O. Pato e outros camaradas disseram nas suas intervenções consideramos da mais alta importância as conclusões e decisões da 1.ª Assembleia da ORL relativas ao melhoramento da composição social e ao reforço das células de empresa, das organizações partidárias nas várias classes e camadas antimonopolistas, do trabalho de direcção e do seu estilo (em que sobressai o trabalho colectivo e a democracia interna), da preparação e educação dos quadros, da informação e propaganda, dos fundos, e (como orientação fundamental) do trabalho de massas.

Trata-se de tarefas de vital importância, e estamos certos de que a Organização Regional de Lisboa irá realizá-las plenamente.

A propaganda reaccionária repete incessantemente que o PCP está cada vez mais fraco. Mas a verdade que os factos demonstram é que o PCP, dando exemplo único de coerência, dedicação, organização e unidade, vê dia a dia alargar-se a sua organização e a sua influência.

Conforme com a conclusão da Assembleia, a Organização Regional de Lisboa irá participar com entusiasmo na campanha de mais 10 mil novos militantes até ao fim do ano. Estamos certos de que atingirá as metas que vier a fixar.

Portugal democrático, Portugal de Abril, precisa do PCP e não poderá viver nem sobreviver sem o PCP.

Por isso o reforço do PCP se coloca como uma importantíssima tarefa, não apenas do interesse dos comunistas, mas do interesse de todo o povo, de todos os democratas, do regime, de Portugal.

O Partido com o povo, avante com Abril

O nosso Partido tem insistentemente afirmado que a solução da gravíssima crise económica, social e política a que Portugal foi conduzido pela política reaccionária de sucessivos governos, tem de ser assegurada por todos os portugueses e portuguesas que condenam a política actual e o Governo actual e compreendem a necessidade de um novo governo e de uma política democrática e patriótica capaz de fazer o País sair da crise e de assegurar a solução dos problemas nacionais.

A proposta do nosso Partido para que seja constituído um Governo Democrático de Salvação Nacional evidencia a prontidão do Partido a participar activamente num grande esforço nacional e patriótico para salvaguarda do regime democrático e da independência nacional, para eliminar o desemprego, a miséria e a fome, para salvar Portugal do desastre para o qual o está arrastando o Governo Soares/Mota Pinto, para empreender finalmente o aumento da produção, o desenvolvimento económico, o melhoramento do bem-estar material e cultural do povo português.

As comemorações do 25 de Abril a jornada do 1.º de Maio, a Concentração Nacional de 2 de Junho, lutas que dia a dia se travam em todo o País, mostram que o povo está forte, que o povo diz «basta!», que é tempo de o Governo Soares/Mota Pinto ir para a rua.

A classe operária está firme e unida na luta e os divisionistas da UGT não conseguem abalar a magnífica unidade do poderoso movimento sindical, coeso em torno da única verdadeira central dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IL.

Levantam-se contra o Governo PS/PSD, e por uma alternativa, todas as classes e camadas sociais antimonopolistas.

A vastíssima e poderosa frente social em movimento é já hoje a expressão de uma vontade política com força bastante para assegurar a alternativa.

Intervindo na farsa montada pelo Governo, a mal domesticada maioria dos deputados governamentais bem pode aprovar não só uma mas dez, cem ou mil moções de confiança que não conseguirá desmentir um facto que todos os acontecimentos comprovam: que o Governo não conta com a confiança do País, que o País se levanta contra a política do Governo, e que o Governo Soares/Mota Pinto está irremediavelmente condenado à derrota e à demissão — e num prazo mais curto do que a reacção desejará.

A hora é de aproximação, de entendimento, de acção comum ou convergente de todos os democratas e patriotas.

Conforme com a recomendação da 1.ª Assembleia da ORL, superemos o sectarismo onde quer que se manifeste.

Reforçemos dia a dia a unidade dos trabalhadores e das classes populares!

Reforçemos os laços de compreensão, cooperação e acção comum ou convergente de todos os democratas e patriotas!

No quadro das instituições, da legalidade democrática consagrada na Constituição, no exercício de todas as liberdades e direitos inerentes ao regime democrático português, não daremos tréguas à reacção e ao seu Governo.

Conforme com a bela consigna da 1.ª Assembleia da ORL, «O Partido com o povo» caminhará «avante com Abril».

A luta continua, Soares/Pinto para a rua!

Viva a 1.ª Assembleia da ORL! Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas! Viva o Partido Comunista Português!

PCP

1.ª ASSEMBLEIA DA ORL

Dezenas de intervenções sobre o trabalho e a luta

As 10 horas precisas de sábado passado, iniciaram-se os trabalhos da 1.ª Assembleia da ORL, com a presidência da camarada Rosa Rabiais. Oitenta e seis intervenções sucederam-se ao longo de dia e meio de debates, prosseguindo o objectivo central da Assembleia apontado na primeira intervenção, feita por José Casanova — «reforçar e ampliar a influência de massas do Partido no distrito de Lisboa».

Assim, tanto o projecto de resolução que veio a ser aprovado no final, como as intervenções produzidas, apreciaram as «linhas de acção prioritárias para alcançar o objectivo traçado». O trabalho nas células de empresa, o trabalho autárquico, o trabalho e a luta em defesa do sector nacionalizado, público e participado, o trabalho em camadas sociais e sectores de actividade, foi analisado com profundidade, apontando-se os caminhos do futuro.

Passaram assim pela tribuna dezenas de camaradas — José Luís Cação, do secretariado de célula da Covina; Fernando Semedo, do secretariado de célula de «o diário»; Martins Coelho, do Comité Central e do Executivo da DORL que se debruçou sobre o trabalho autárquico.

Fernando Gonçalves, da Mague; Firmino, presidente da Junta de Freguesia de Runa; Idalina Matos, da Comissão de Freguesia da Mina; Isabel Quintas, da célula da Caixa Nacional de Pensões; António Pombinho, do movimento cooperativo; Alda Pereira, do Organismo de Direcção dos Professores; Celeste Soeiro, dos Estabelecimentos Fabris das FAs; Matos Veloso, da célula dos arquitetos; José Manuel Cipriano, da Comissão de Freguesia de Arruda dos Vinhos; Carlos Félix, do Executivo da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira; Leonor Gomes, responsável pelo Trabalho com os Pioneiros de Por-

tugal; José Bernardino, do Comité Central e da DORL, que falou sobre a solidariedade internacional e a Paz.

Alfredo Pereira, um camarada cego, leu em Braille a sua intervenção sobre os problemas dos deficientes.

Na tarde do sábado, com a presidência do camarada Júlio Filipe, as intervenções continuaram. Depois de falar o camarada João Moreira, da Comissão Concelhia da Lourinhã e de ter sido aprovada a moção sobre a Solidariedade Internacional, tomou a palavra o camarada José Abrantes, do secretariado de célula da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Loures. Seguiu-se a camarada Rosa Rabiais, do

Comité Central e da DORL que falou sobre o movimento sindical unitário no distrito.

Depois interveio o camarada Carlos Alberto Dias, da Comissão de Freguesia da Reboleira, seguindo-se Fátima Garcia, do executivo do CLL; António Almeida, da Comissão de Freguesia do Painho, Cadaval; Luisa Oliveira, do Organismo de Direcção da Função Pública, e Marília Cabral, do Comité Central e do Executivo da DORL, que falou sobre o Trabalho de Direcção, Organização e Quadros.

Falaram seguidamente os camaradas António Araújo, do Executivo da Direcção da Saúde; Fernando Silva, da Comissão Concelhia de Alenquer;

Tavares de Sousa, do Executivo da Direcção dos Bancários; José Nuno Comprido, da Concelhia de Mafra; João Silva, do Sector Sindical; Vasco Costa, do secretariado da célula do Icosal; Jaime Relva, presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira; Maria João Andrade, do secretariado de célula do Hospital de Santa Maria, e o camarada Aboim Inglês, do Comité Central e do Executivo da DORL, cuja intervenção versou sobre o trabalho em classes, camadas sociais e sectores de actividade no distrito.

O camarada Gorjão Duarte, suplente do CC, membro da DORL, interveio depois acerca dos pequenos e médios comerciantes, falando a seguir Fran-

cisco Rocha, do Organismo de Direcção do Sector Público. Depois do intervalo passou a presidir à sessão a camarada Marília Cabral.

Tomaram a palavra Carlos Campos, dos Sectores Diversos da Baixa Lisboa; João Narciso, do secretariado de célula do concelhia de Loures; Elvira Neure, suplente do CC que leu o relatório da Comissão de Mandatos; Margarida Ferreira, da Freguesia de Odivelas e Euclides Pereira, do Comité Central e do Executivo da DORL que interveio sobre o trabalho nas células de empresa.

Aprovada a moção sobre a Festa do «Avante!», interveio a seguir Graça Saraiva, da Concelhia de Torres Vedras; Júlio

Filipe, do CC e do Executivo da DORL, sobre eleições autárquicas; a camarada Idalina, do Casal Ventoso; Fernanda Mateus, suplente do CC, que falou do trabalho entre as mulheres; Manuel Palma, do secretariado de célula do Banco Pinto e Sotto Mayor, e Abilard Vilela, do secretariado da RN que interveio sobre o sector nacionalizado.

Artur Malheiro, do Secretariado de célula da EDP, falou depois, seguindo-se Elias Vicente, da Comissão de Freguesia de Ameixial; Fernando Jorge, presidente da Junta de Freguesia de Alverca; camarada Martinho, da Concelhia da Amadora; Sebastião Gatinho, do secretariado de célula da Transtejo, e Abílio Martins, do CC e do Executivo da DORL, sobre o trabalho de Fundos.

A última intervenção do dia foi a do camarada Inácio, de S. Domingos de Benfica, após o que foi aprovada a moção sobre a Reforma Agrária.

No domingo os trabalhos abriram com a presidência do camarada Romeu. Tomaram a palavra: Adélia Teixeira, do secretariado da célula de Standard; Isabel Botinas, do Organismo de Direcção de Carnaxide; Rogério Jorge, da célula da Ford, Marques dos Santos, da DORL; Francisco Lopes, do CC e do Executivo da DORL, sobre a juventude.

Januário Nentel, do secretariado de célula do Estoril-Sol falou depois, seguindo-se Joaquim Barreira, da Concelhia da Azambuja; José Fernandes, do executivo do Organismo de Direcção dos Seguros; Laura Sil-

va, do Organismo de Direcção de Sintra; Alexandre Teixeira, do CC e do Executivo da DORL, e António Abreu, também do Executivo da DORL e membro do Comité Central, que falou sobre informação, propaganda e luta ideológica.

Octávio José, da Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, tomou a palavra sobre a Juventude Comunista Portuguesa no distrito de Lisboa. Falaram depois Carlos Sote, do executivo da Concelhia de Cascais; João Cruz, do secretariado de célula da Carris; Carlos Ribeiro, da Comissão Concelhia de Sobral; Vítor Jerónimo, do mesmo organismo; Sebastião Freire, do Organismo de Direcção de Loures Ocidental; Paula Henriques, do executivo do Organismo de Direcção dos Transportes; Joaquim Simões, do secretariado de célula da Medicamenta.

Tomou então a palavra o camarada Manuel Gusmão, do CC e do Organismo de Direcção do Sector Intelectual. Falaram depois José Sabino, dirigente da Casa do Alentejo, Je-

rónimo de Sousa, suplente do CC e membro da DORL, deputado; António José Brito, do secretariado da célula da Sorefame e, finalmente, Jorge Cordeiro, da DORL, que leu o relatório da Comissão de Redacção revelando que o documento em debate, que já fora objecto de estudo em 549 assembleias e reuniões, recolhera 423 propostas de alterações até à sua forma apresentada aos delegados, havendo recebido depois e na própria Assembleia mais 209 propostas de emendas. Das 632 emendas propostas, a Comissão de Redacção aceitou 460, o que correspondeu a 73 por cento do total das propostas. O capítulo sobre as lutas de massas — com 144 propostas de emendas — e o que fala da organização do Partido — com 90 — foram os que maior interesse e propostas de alterações mereceram dos militantes.

Os trabalhos da manhã foram encerrados pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Eleita a Direcção da ORL

Um aplauso contínuo sublinhou, na tarde de domingo, a leitura da longa lista de camaradas que integram a nova Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP eleita momentos antes pelo delegados da 1.ª Assembleia da ORL. Renovada e reforçada, com uma maioria operária, com a participação de mais quadros jovens e provados, com mais camaradas não funcionários do Partido e que trabalham directa e quotidianamente nas empresas, nos sindicatos, nas autarquias, a DORL eleita conta com maior número de mulheres e assegura uma melhor equilíbrio de camaradas das várias regiões, sectores e frentes de trabalho.

Com uma composição de 32 operários (50,8%); de 21 empregados (33,3%); de 9 intelectuais (14,3%) e 1 camponês (1,6%), a DORL é composta por 64 camaradas, 16 dos quais mulheres, ou seja 25,4% do total. A idade média dos dirigentes da ORL é de 36 anos e meio.

São eles: **Abílio Lopes Martins, Alexandre Teixeira, Ana Paula Henriques, António Augusto Pereira, António Batista Cordeiro, António da Concelião Andrez, António José Anacleto, António Lopes Bogalho, António Martins Coelho, António Pacheco Maduro, António Simões de Abreu, Armando**

Nunes Silva, Carlos Aboim Inglês, Carlos Alberto Chaparro, Carlos Alberto Grilo, Carlos Rita Machado, Carlos Santos Arrojaço, Clarinda Pinto Nogueira, Deolinda Leal dos Santos, Euclides Pereira, Florival Lança, Francisco Lopes, Georgete Oliveira Ferreira, Hélio Samorinha, Hipólito Flahlo dos Santos, Jerónimo de Castro, Jerónimo Carvalho de Sousa, João António Narciso, João Camilo Gonçalves, João Manuel Nascimento, João da Silva, Joaquim Almeida Dias, Joaquim Gorjão Duarte, Jorge Manuel Cordeiro, José Carlos Fernandes, José Carlos Marques dos Santos, José Fernando Salsa, José Manuel Canhoto, José Nogueira Casanova, José de Oliveira Bernardino, Júlio Bessa Vintém, Júlio Delaunay Filipe, Lucínio Amante Falé, Luis Manuel Fernandes, Manuel Nobre Gusmão, Maria Adelaide Pereira Alves, Maria do Carmo Santinho Pereira, Maria Celeste Antunes Soeiro, Maria das Dores Bastos, Maria Elvira Ferreira Nereu, Maria Fernanda Barroso, Maria Fernanda Mateus, Maria Fernanda Santos Pereira, Maria Rosa Rabiais, Marília Morais Vilaverde Cabral, Romeu do Rosário, Rosa Maria Peças, Rosária Maria Antunes, Severiano Falcão, Vladimiro Mendes Inácio, Vítor Alves dos Santos, Vítor Andrade dos Santos e Vítor Cabral de Castro.

Espectáculo «Para Continuar»

Concluídos os trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Regional do PCP, ela vai continuar no próximo sábado, com a realização no Coliseu dos Recreios de um espectáculo comemorativo em que participam mais de cem artistas.

Este espectáculo percorre a vida portuguesa desde o período anterior ao 25 de Abril até aos nossos dias e recorre a várias formas artísticas (canção, coros, poesia, movimentos cénicos, música de orquestra, música africana).

Participam neste espectáculo: Luisa Basto; Samuel; Paulo de Carvalho; Paulo do Carmo; Celeste Amorim acompanhada ao piano por Lopes Graça; Mário Jacques; Fernanda Lapa; Maria do Céu Guerra; Fernanda Alves; Coro da Academia dos Amadores de Música sob a direcção do Maestro Lopes Graça; Orquestra Sinfónica constituída por músicos das principais orquestras portuguesas; classe de ginástica rítmica dirigida por João Miranda.

O espectáculo começa às 21 e 30 h e os bilhetes encontram-se à venda no Coliseu e nos centros de trabalho do PCP ao preço único de 300\$00.

OCTÁVIO PATO A principal força do distrito

(...)
No decorrer dos últimos anos, realizaram-se mais de 500 assembleias de diversos organismos da ORL (células de empresa, de freguesias, de concelho, de sectores profissionais, etc.). Este ano já se realizaram na ORL 22 Assembleias e estão programadas, ainda para este ano, 50 outras. Algumas organizações já realizaram três ou mais Assembleias, mas há outras que não promoveram ainda nenhuma.

A realização desta 1.ª Assembleia da ORL há anos que anda a ser programada e sucessivamente a ser adiada, por se considerar que tinham prioridade as exigências da luta política, e por serem muitas as energias e meios que a sua realização envolvia.

Desta vez, e sem que de alguma forma tenham diminuído as exigências políticas, exigências que prejudicaram a preparação da Assembleia, mesmo assim a DORL meteu ombros à sua realização, não houve adiamento e a 1.ª Assembleia da ORL está prestes a terminar com sucesso os seus trabalhos.

(...)
Não nos preocupemos, camaradas, que as nossas deficiências ou dificuldades sejam apontadas com clareza e sem rodeios. Só os que são fortes, só os que têm consciência da sua força, só esses, não recitam apontar dificuldades, e nós fazemo-lo, porque queremos vencer as dificuldades, porque as venceremos, porque queremos ser ainda mais fortes.

Poderá considerar-se que ainda é cedo para se avaliarem os resultados desta Assembleia da ORL, mas ela poderá ficar histórica não apenas por ser a sua 1.ª Assembleia, mas também pelo conteúdo dos seus trabalhos e dos documentos aprovados, pelo reforço dos organismos dirigentes a eleger e, principalmente, se ela representar um novo e forte impulso na actividade partidária em todo o distrito de Lisboa.

A elaboração de bons documentos e o acerto das conclusões políticas é um importante passo, um passo indispensável, mas tais documentos de pouco valeriam se não houvessem organizações e quadros capazes de os materializar na prática da vida.

Mas creio que estaremos todos mais ou menos de acordo em concluir que a força das organizações da ORL e a riqueza humana dos seus quadros, factor decisivo dessa mesma força, são suficientemente fortes e capacitados para termos a certeza de que as directrizes desta 1.ª Assembleia, (tal como está sucedendo com as directrizes do X Congresso, realizado há apenas seis meses), não ficarão

só no papel, antes serão levadas por diante na prática da vida da nossa luta revolucionária.

Creio também que estaremos todos mais ou menos de acordo com a conclusão de que os trabalhos preparatórios e a realização desta 1.ª Assembleia da ORL foram um bom contributo para reforçar ainda mais a grande e comprovada capacidade de mobilização e de organização da ORL.

Não será certamente exagero dizermos que a força, a coesão e combatividade patenteada nos trabalhos da ORL representa uma força que causa inveja a muitos partidos existentes no nosso país ou noutros países, designadamente na Europa capitalista, precisamente porque tais partidos, mesmo no plano nacional, estão bastante longe da força regional desta organização do PCP.

(...)
O nosso Partido é, incontestavelmente, a principal força política do distrito, a única força política que estende e diversifica a sua acção política e organizativa a todos os sectores de actividade humana.

O nosso Partido e os nossos aliados da APU estão à frente de 5 Câmaras Municipais e de 60 freguesias com 42% da área do distrito, e onde vivem e trabalham mais de 900.000 pessoas. Não há, na região de Lisboa, um só campo de actividade onde o PCP não esteja presente e organizado. E, invariavelmente, à frente de todos os que lutam em defesa dos interesses nacionais!

Seria, porém, profundamente pernicioso cairmos na auto-suficiência ou criarmos a ideia de que somos uma força que chegou ao limite da sua influência. O que constantemente se verifica é que a nossa influência de massas, designadamente entre os trabalhadores, é superior à capacidade e ao nível da nossa organização. Apreteçar a ORL e colocar as suas organizações, a começar pelas células de empresa, ao nível da nossa influência e das exigências políticas é a nossa grande tarefa central.

Existem na ORL muitas organizações onde a relação entre a capacidade de mobilização e a influência política não é de forma alguma a desejável. Ou, por outras palavras: há organizações demasiado fechadas sobre si próprias, com uma capacidade que está muito aquém do seu potencial humano, que não é devidamente aproveitado, havendo muitos e muitos camaradas sem tarefas e sem vida política activa.

Reforço contínuo

(...)
Novos militantes não significa obrigatoriamente que sejam só jovens, embora o recrutamento de jovens e o reforço da nossa influência entre a juventude, assim como o apoio e a cooperação com as organizações da JCP, seja sem dúvida uma das suas prioridades apontadas para esta 1.ª Assembleia da ORL.

Recrutar novos membros do Partido significa recrutar jovens na idade mas também homens e mulheres de idade «madura», que estão fora das nossas fileiras mas que merecem estar dentro do Partido, que podem e devem contribuir, juntamente com os jovens, para dar sangue novo a organizações que necessitam de ser reforçadas e rejuvenescidas.

Esta é uma das condições indispensáveis para a melhoria e reforço das organizações do Partido, designadamente em muitas células de empresa, freguesias e concelhos da área do distrito. É uma das condições para combater ou romper com o sectarismo e o obreirismo que prevalece em certas organizações e que está na raiz da subestimação, do desprezo e por vezes até da descabida hostilidade para com camadas sociais, quadros técnicos ou trabalhadores de serviços que podem e devem ser ganhos para o nosso lado ou até mesmo para as nossas fileiras.

(...)
A ORL que, em fins de 1974, contava 7397 membros, em Novembro 1983 (no X Congresso) já contava 52 215 membros, isto é, aumentou mais de 7 vezes.

Estes aumentos não se verificaram somente nos seus efectivos mas também em todos os aspectos da sua estrutura orgânica.

Existem, no conjunto das organizações da ORL, 3200 organismos, nos quais se contam 602 Secretariados de células de empresa, que englobam 19 120 militantes inseridos em 1351 organismos; 27 comissões concelhias e Organismos de Direcção de sectores; 109 comissões de freguesia; e variados outros organismos e comissões específicas.

Todos estes organismos constituem um forte colectivo, um amplo núcleo dirigente que abarca mais de 1800 camaradas, entre os quais se incluem 170 funcionários em variados tipos de tarefas, mas na sua maioria com tarefas de organização.

Para todos os membros do Partido é motivo de orgulho verificar que tanto nas horas boas como nas horas más, o PCP e a sua ORL

continuam a aumentar os seus efectivos e a tomarem-se cada vez mais fortes.

É uma verdade que se impõe mesmo àqueles que sofrem de insónias pelo facto de ser assim e que bem desejariam que fosse uma força débil, sem peso e sem influência na vida real. Mas esta verdade, que não é obra do acaso nem se deve a quis, quer milagres, é o resultado da profunda vinculação do Partido aos interesses nacionais e às massas populares, é o resultado da sua justa orientação, da aplicação dos seus princípios de classe e métodos de trabalho colectivo, é o resultado da profunda dedicação, patriotismo e espírito de militância dos seus membros.

(...)
Pensamos ser exacto afirmar-se que o nível, a capacidade e o número dos quadros com tarefas de responsabilidade tem aumentado em toda a ORL, embora com situações desiguais. Há organizações onde se torna necessário colmatar baixas ou aumentar o número de funcionários. Mas convém não esquecer que não é funcionário do Partido quem quer, mas quem tiver condições políticas é um elevado grau de dedicação, e é indispensável que as receitas das organizações suportem o aumento das despesas de qualquer novo funcionário, não obstante o seu baixo salário.

Sem excluir que aqui ou acolá seja necessário aumentar o número de funcionários, parece-nos que a nossa preocupação deve orientar-se no sentido de promover quadros, descentralizar tarefas, estruturar melhor o trabalho sem recorrer ao aumento de funcionários.

A proposta que será feita à 1.ª Assembleia da ORL, quanto à composição da DORL, reflecte também a preocupação de promover quadros não-funcionários. Se a proposta for aprovada, pensamos que ela representará um salto qualitativo no seu nível de trabalho, numa mais directa ligação às massas e a algumas das grandes empresas do distrito, assim como na sua composição de classe.

Em 1976, a DORL tinha apenas 20% de operários (os intelectuais eram 32%). Nas vésperas desta Assembleia, a ORL já tinha 40% de operários, 32,4% de empregados, 24,3% de intelectuais e 2,7% de camponeses, como já foi referido pela camarada Maria. Se for aprovada a proposta que ireis votar, a «regra de ouro» da maioria operária, passará a haver pela primeira vez na DORL, isto é, a DORL passará a ter uma composição de maioria operária.

(...)
(extractos do discurso pronunciado na manhã de domingo)

JOSÉ CASANOVA Diversas frentes de trabalho

(...)
Realizamos a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP no ano em que se comemora o X Aniversário do 25 de Abril. Não poderemos deixar de fazer uma referência a essa data histórica, à qual o nosso distrito e a nossa cidade estão particularmente ligados.

A dez anos de distância, dez anos no decorrer dos quais construímos e percorremos os empolgantes caminhos abertos por Abril e através deles chegámos à Reforma Agrária, às nacionalizações, ao Poder Local Democrático; dez anos no decorrer dos quais tivemos também que utilizar toda a nossa coragem, toda a nossa força, todos os nossos esforços, toda a nossa capacidade, para defender Abril dos que tudo têm feito para o destruir — a dez anos de distância desta data memorável, é justo que, da tribuna da 1.ª Ass. ORL, façamos ainda duas saudações muito especiais e muito calorosas: a primeira, aos heróicos capitães do MFA que, sabendo interpretar os anseios mais profundos dos portugueses, restituíram a liberdade ao país e ao povo, derrubando, no 25 de Abril, o governo fascista de Marcelo Caetano; a segunda, à classe operária, aos trabalhadores, ao Povo do Distrito de Lisboa que, dando sequência lógica à luta que há muitos anos vinha travando pela liberdade e pela democracia, logo ocupou as ruas e as praças da capital, unindo-se aos militares, assegurando as liberdades, fortalecendo as raízes da democracia, alargando os caminhos de Abril e criando condições para a sua irreversibilidade.

(...)
Seis linhas de acção

A decisão de colocar o trabalho nas células de empresa na primeira linha de prioridades da nossa atenção foi recebida em toda a ORL com grande satisfação. Isso quer dizer que existe na nossa organização, por um lado a consciência do papel da célula de empresa como a mais importante organização de base do Partido; por outro lado a percepção clara de que há deficiências graves no seu funcionamento e que urge encontrar as medidas para ultrapassar essas deficiências.

(...)
Na ORL existem actualmente 602 secretariados de células de empresa compostos por mais de 6000 camaradas e 749 núcleos e subnúcleos que englobam mais de 12 000 militantes, actuando em cerca de 750 empresas industriais, de serviços e outras. Deste conjunto sobressai um grupo de fortes células de empresa que constituem autênticos bastiões do Partido e de que as células da Covina, da Mague e da Sorefame são exemplos frisantes — com secretariados que são verdadeiros órgãos de direcção do trabalho do Partido e que pela sua acção de vanguarda adquiriram um prestígio e uma influência determinantes nas respectivas empresas.

Estes dados, por si só, revelam a força, o prestígio e a influência do Partido nas empresas do distrito e confirmam o seu carácter de classe.

Há, no entanto, insuficiências evidentes que importa analisar, de forma a detectarmos as suas causas e a encontrarmos as medidas adequadas a levar à prática com vistas à sua resolução.

(...)
A segunda linha prioritária de acção com vistas ao reforço da influência do Partido é o trabalho autárquico. Pela sua proximidade às populações, pelo conhecimento dos problemas e pela sua capacidade de os resolver através de uma gestão que tenha em conta a participação popular na discussão e execução das decisões; pela democraticidade de que o elevado número de eleitos traduz, o Poder Local Democrático é uma das mais válidas expressões do Portugal de Abril e uma conquista importante do povo português.

Por tudo isto a actividade dos eleitos comunistas nas Autarquias constitui uma importante forma de ligação do Partido às massas.

(...)
O Sector Empresarial do Estado ocupando cerca de 5% da população activa, contribui com 20% da riqueza nacional, realiza 30% do investimento, e contribui com elevada percentagem para o OGE (57 milhões de contos nos últimos 3 anos) e continua a ser, apesar de todos os ataques, o sector mais dinâmico da economia nacional.

A acção dos trabalhadores do sector, conscientes de que a luta em defesa das nacionalizações é inseparável da luta pela defesa dos seus postos de trabalho e dos seus direitos, tem sido decisiva para impedir a concretização dos objectivos do governo PS/PSD. As lutas em defesa do SEE nas quais os comunistas das respectivas empresas tiveram importante papel dirigente, foram das maiores lutas de massas travadas no distrito.

A importância da continuação da luta e as possibilidades reais que existem para o seu alargamento e intensificação deve merecer à ORL e às células do Partido nessas empresas a atenção e as medidas que se impõem.

(...)
Outra linha prioritária de acção apontada é a que diz respeito ao nosso trabalho em classes, camadas sociais e sectores de actividade com um considerável peso específico no distrito. Em Lisboa trabalham 70 mil trabalhadores dos transportes; 43% do total nacional dos trabalhadores do sector público; 34 mil bancários; 7 mil trabalhadores de Seguros; 35% do total nacional dos trabalhadores da Função Pública da Administração Central; 40% do total nacional dos trabalhadores da Saúde; percentagem significativa dos trabalhadores do Comércio, Escritórios e Hotelaria; quase 50 dos intelectuais de todo o país. Mais de 33 mil estabelecimentos comerciais distribuem-se por todo o distrito e cerca de 40 mil produtores agrícolas desenvolvem a sua actividade fundamentalmente nos concelhos

do Norte do distrito de Lisboa.

(...)
Os jovens são das principais vítimas da política de direita dos sucessivos governos, responsável pelo desemprego, pela ausência da formação e saídas profissionais, pelos contratos a prazo e ausência de contratos, pela degradação e elitização do ensino, pela falta de habitação, pelo aumento da delinquência juvenil e pelo consumo, da droga; de uma política que, porque é oposta aos interesses do povo e do Portugal de Abril, tem que apoiar-se na mistificação, na mentira, na diversão ideológica, pretendendo impingir à juventude como coisa nova o que a história demonstrou já ser velho, caduco e condenado.

(...)
A JCP, única organização juvenil com implantação em todo o distrito e em todos os sectores da juventude, tem um papel determinante na organização e desenvolvimento do movimento e das lutas da Juventude. A melhoria da ligação do Partido à JCP através de diversas formas já provadas e sem pôr em causa o seu carácter autónomo é uma orientação que deveremos levar à prática em todas as organizações.

Quando ao trabalho entre as mulheres basta termos em conta a sua participação crescente nos mais variados sectores da vida política e social, a sua contribuição inestimável para a luta geral dos trabalhadores, e o facto de constituírem 38,5% da população activa do distrito — para nos apercebermos da importância do nosso trabalho junto das mulheres e dos reflexos que isso pode ter no aumento da influência do Partido.

(...)
O Partido no distrito

A ORL do PCP, que conta hoje com mais de 52 mil militantes, continua a ser uma organização em crescimento.

Este é certamente o dado mais significativo e tanto mais significativo quanto é certo que o recrutamento não tem merecido a suficiente atenção dos nossos organismos de direcção que, assim, continuam a desprezar as enormes potencialidades de alargamento do Partido existentes: com efeito, raras são os casos em que o recrutamento é regularmente discutido e são tomadas as medidas necessárias ao seu desenvolvimento. A campanha de Recrutamento decidida pelo CC na sua última reunião, contribuirá seguramente para que até ao fim do ano possamos dar mais um passo em frente no aumento dos efectivos do Partido na região de Lisboa.

(...)
O trabalho de direcção na ORL tem respondido, no essencial, às diversas exigências das diferentes situações. O aperfeiçoamento do trabalho colectivo; o reforço da responsabilização individual; a melhoria da estruturação orgânica; a divisão equilibrada das tarefas

(extractos do discurso pronunciado na manhã de sábado)

Trabalhadores

Governo PS-PSD

A carestia é com os outros!

TERMEC (Coimbra): greve por tempo indeterminado iniciada segunda-feira por remunerações em atraso/Greve na EPAL (ver «Suplemento»)/Injustiças fiscais agravadas com novas tabelas do Imposto Complementar/Construção Civil e OP: concentrações sindicais anunciadas em Lisboa e no Porto/Federação dos Metalúrgicos não aceita os 1700 despedimentos na metalomecânica pesada/Fábrica de Fiação e Tecidos Jacinto (Maia): novas

formas de luta contra o desemprego/Federação dos Têxteis protesta contra ameaça de despedimentos no Grupo Mondego/Greve nas IPSS (Segurança Social) teve boa adesão/Evasão e fraude fiscal foi superior a 120 milhões de contos em 1982, em Portugal, revela um estudo do ex-ministro das Finanças, Medina Carreira/Dia 28 de Junho: Encontro distrital das CTs do Porto/A CGTP-IN recebida na terça-feira pelo Presidente da República

Enquanto a fome e a pobreza serviam de tema a um colóquio em Lisboa, na mesma cidade um jantar oferecido pelo Governo ao Governo para comemorar a instalação do Conselho Permanente da Concertação Social custava, três meses atrás, mais de 216 contos. Governo rico, país pobre... Quase invariavelmente os participantes no colóquio reconheciam a necessidade de atacar a fome e a pobreza e concluíam obviamente pela sua existência - questão que para o Primeiro-Ministro não é pacífica, como se sabe. Mas a contradição

seria apenas mais um e insanável, não fosse ela o espelho da **concertação** que o Governo e os seus amigos pretendem promover.

Com um índice de inflação de 31 por cento de Janeiro a Maio, com o FMI de novo em Lisboa a ordenar que o próximo Orçamento desça 20 por cento e os juros se mantenham ao nível a que estão, a coligação concertada tem sem dúvida as suas razões para oferecer banquetes a si próprio e aos seus amigos.

Pode mesmo deitar foguetes no Japão, pois só

se ouve, na TV. Mas quem ouve a rua, como aconteceu em 2 de Junho no Terreiro do Paço, não tem motivos para foguetório e muito menos para banquetes.

Assim é que a CGTP, vendo naturalmente o que o Primeiro-Ministro publicamente não vê, continua a apoiar a sua luta em razões tão sólidas como são os salários em atraso, os despedimentos e a repressão selectiva, a carestia galopante, o nível de vida que desliza velozmente para um poço. Mas quem ouve falar os senhores da **governança** e

da governação fica atordoado com tanto optimismo viajante, com as maquiagens que nos virão da estranha, agora empacotadas da Ásia da sobreexploração imperialista. Ainda há uns cinco dias atrás, o Sindicato dos Químicos apurava no Porto que o débito patronal aos trabalhadores de 28 empresas do Norte subia uns 100 mil contos nos últimos dois meses. Nada de preocupante: isso, para o Governo e mais exactamente para o ministro do Trabalho, nada tem a ver com a fome e a pobreza. São nada mais que questões técnicas a

resolver fechando empresas, redimensionando o emprego e as nacionalizadas, mandando para a casa a pobreza envergonhada, enquanto os técnicos estudam a outra. Por isso, o Executivo continua a ver as greves reivindicativas com o periscópio da desestabilização político-partidária. Tudo o que não for desse pelouro é do pelouro da **concertação** que ainda ninguém por mais vivaço conseguiu descortinar no meio do nevoeiro dos projectos e das caricaturas da conciliação de classes. Esforçados lá isso são os

mentores desses projectos. Mas é notório que não conseguem arranjar mais amigos e menos preocupados consigo próprios do que aqueles que arranjam até agora. Sinais bem nítidos do que verdadeiramente se passa no movimento sindical e no caminho das massas trabalhadoras indicam que a luta não esmorece, que só dentro do Governo, das grandes confederações patronais e dos membros do divisionismo se encontra gente disposta a ir apanhar as canas dos foguetes que o Governo faz explodir todos os dias... na televisão.



Uma MDF praticamente desactivada (foto de arquivo), apesar de entregue ao grande capital privado, e com ameaças muito sérias de despedimento colectivo; com a Mompur, a Equimetal e outras grandes empresas do sector metalúrgico e metalomecânico duramente afectadas pela política de regresso ao monopólio capitalista, o IPE (Governo PS/PSD) «insiste no despedimento massivo que, numa primeira fase, nunca seria inferior a 1700 trabalhadores», protesta a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos e Mineiros depois de um encontro com representantes do Instituto de Participações do Estado

Nacional



APU do Faial prepara eleições regionais

"objectivo: aumentar a influência eleitoral da APU"

Realizou-se no passado dia 17 de Junho o Encontro Eleitoral da APU da Ilha do Faial, que visou iniciar, no âmbito da APU, a preparação para as eleições regionais que se realizam no próximo Outono.

Nesta iniciativa, que teve lugar na escola secundária da Horta e em que participaram militantes do PCP e do MDP/CDE e independentes, foi analisada a actual situação política nacional, regional e local, foram aprovados os critérios que presidirão à elaboração da

lista de candidatos da APU pela Ilha do Faial para a Assembleia Regional dos Açores, foram discutidos e aprovados processos e métodos a seguir no trabalho eleitoral e foi eleita a Comissão Eleitoral da APU do Faial. A esta foi cometida a tarefa de organizar a lista de candidatos de acordo com os critérios aprovados e atribuída a responsabilidade de dirigir, naquela ilha, o trabalho eleitoral da APU.

Fixando como objectivo central da candidatura pelo Faial um substancial aumento da influência eleitoral da APU nessa

ilha, o encontro decidiu promover um grande esforço no sentido de ser constituída uma comissão alargada de apoio à candidatura da APU.

Apreciando a situação regional e local, o encontro concluiu serem traços dominantes da situação a manutenção da hegemonia PSD associada ao crescimento do descontentamento popular e a acentuação da política colaboracionista da direcção regional do PS com o PSD. O encontro do Faial alertou todos os democratas para o facto de «a direcção regional

do PS pretender, à custa de votos oposicionistas, obter uma posição eleitoral que lhe permita partilhar com o PSD o actual poder regional antipopular e corrupto».

O encontro da APU concluiu que «só o reforço eleitoral da APU em todas as ilhas da Região contribuirá para o reforço efectivo da capacidade e da acção da oposição democrática regional».

O encontro denunciou o carácter inconstitucional da actual Lei Eleitoral Regional, que não respeita o princípio da propor-

cionalidade, e exigiu a sua revisão antes das eleições como «única forma de garantir a democraticidade real das eleições regionais».

O Encontro Eleitoral da APU terá uma nova sessão de trabalho no início de Agosto para aprovação final da lista de candidatos.

Com idêntico objectivo estão já marcados e em preparação encontros na Ilha de S. Miguel a 1 de Julho, na Ilha Terceira a 7 e na Ilha do Pico a 8 do mesmo mês, e na Ilha das Flores a 12 de Agosto.

Reforma Agrária prepara 8.ª Conferência

Continuam a decorrer em bom ritmo no Alentejo e Ribatejo as reuniões e plenárias com vista à discussão das teses e à eleição dos dois mil delegados que representarão as mais de 350 UCP's/Cooperativas na 8.ª Conferência da Reforma Agrária a realizar nos próximos dias 14 e 15 de Julho em Évora.

Inserido neste trabalho preparatório estão também a ser preparados o balanço a apresentar à Conferência (documento que norteará a discus-

são durante os dois dias de trabalhos) e as excursões que de todo o País levarão a Évora a palavra fraterna a solidária dos trabalhadores portugueses à Reforma Agrária, designadamente ao comício e ao desfile final que percorrerá as ruas da cidade.

No âmbito da actividade de divulgação e mobilização para a 8.ª Conferência estão entretanto marcadas duas grandes jornadas de informação em toda a zona Sul, no decorrer das quais serão distribuídos

cem mil documentos à população e afixados panos e cartazes. A primeira tem início hoje, quinta-feira e prolongar-se-á até domingo e a segunda está prevista para os dias 6, 7 e 8 de Julho.

Confirmada está já também, segundo nos informou a Comissão Organizadora, a presença de diversas delegações de organizações da lavoura e de trabalhadores de diversos países, tanto capitalistas como socialistas.

Situação financeira das autarquias hoje em debate

Culminando um intenso trabalho preparatório decorre hoje entre as 10 e as 19,30 horas, no Anfiteatro número um da Faculdade de Letras de Lisboa, o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre a Situação Financeira das Autarquias.

Aberto ao público e aos meios de comunicação social este Encontro constitui, segundo uma nota da SIP tornada pública a propósito da iniciativa, «a primeira abordagem sistemática e global» da matéria em análise e surge da necessidade de «aprofundar em toda

a sua extensão e implicações a situação de crescente asfixia financeira imposta pelos sucessivos governos de direita às autarquias e que atinge a sua expressão mais brutal com o actual governo PS/PSD».

A servir de base à discussão estará um Documento-Síntese elaborado na base do levantamento e dos debates efectuados, documento esse no qual se caracterizam os aspectos gerais da situação e se adiantam diversas propostas.

Dividido em seis pontos, o projecto de documento a apresentar ao Encontro aborda as

seguintes questões: uma política de agravamento crescente da situação financeira das autarquias; revisão da lei de finanças locais, caminho de regresso ao passado; gerir as autarquias ao serviço da população, numa grave situação financeira; uma política alternativa para defender o poder local e os interesses da população; o PCP, força decisiva na luta pela autonomia autárquica, pelo Poder Local democrático e ao serviço do povo; reforçar o poder local democrático para resolver os problemas das populações, para sair da crise.

O vale do Tejo em Seminário

O Vale do Tejo, seus problemas e perspectivas, constitui o tema para um seminário a decorrer já no próximo domingo, dia 24, na Escola Superior Agrária de Santarém.

A iniciativa pertence às revistas «Poder Local» e «Economia-EC» e em debate estarão questões como o desenvolvimento económico e social; o poder local, a actuação do poder central e os problemas concretos das populações; os recursos hídricos, ambiente, saneamento, poluição, turismo e tempos livres.

Com início previsto para as 10 horas os trabalhos deste seminário — o primeiro sobre o Vale do Tejo — decorrerão em quatro secções, aguardando-se a presença de diversos técnicos e especialistas ligados às matérias em debate.

SETÚBAL

Os problemas sociais no distrito não se resolvem com promessas demagógicas

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, em recente reunião plenária, procedeu à análise da situação social do distrito e, nesse âmbito, apreciou o chamado «Plano de Emergência para o Distrito», também conhecido por «conjunto de acções de emergência», insistentemente publicitado pelo Governo PS/PSD. A DORS constatou que a situação social no distrito de Setúbal continua a degradar-se de forma acelerada, aumentando de forma assustadora o número de famílias que vivem numa situação de fome, motivada pelos despedimentos, pelo encerramento de empresas e pelo não pagamento de salários.

Depois de denunciar junto da opinião pública o desencadear de novas manobras por parte

• **É necessária uma nova política: de respeito pelos trabalhadores, de dinamização da actividade produtiva**

do patronato e do Governo, que visam a criação de mais dificuldades junto das empresas do sector nacionalizado e outras, a DORS do PCP alerta para a nova ofensiva que está em preparação contra as empresas da indústria naval, da metalomecânica pesada (mais 1700 despedimentos previstos em nome do reordenamento do sector), da Quimigal, da Tincó e muitas outras empresas, o que testemunha as verdadeiras intenções do Governo.

A DORS sublinha que esta situação é o corolário lógico da

aplicação de uma política, conscientemente planeada e metodicamente aplicada pelos sucessivos governos de direita e, particularmente, pelo Governo Soares/Mota Pinto, política essa, contrária aos interesses dos trabalhadores do distrito e do País, ao espírito e aos objectivos do Portugal de Abril.

Sobre este aspecto a DORS considera que só o desespero e o reconhecimento por parte do Governo do seu crescente isolamento o obrigou a fazer declarações hipócritas, confessando a intenção de «minorar as situações de carências mais

graves», quando realmente prepara legislação altamente gravosa para as condições de vida dos portugueses.

A luta dos trabalhadores levou o Governo a reconhecer a existência de uma grave situação no distrito de Setúbal e a anunciar a existência de um «Plano»; procurando com ele iludir e enfraquecer a indignação e resistência popular. Mas a política, essa é a mesma.

A DORS reafirma que os problemas existentes no distrito não se resolvem com demagó-

gicas promessas de aplicação de novos esquemas de auxílios sociais e de subsídios de alimentação a jovens e idosos, mas sim com a aplicação de uma nova política que salve os interesses dos trabalhadores e do País e que:

- Assegure os postos de trabalho e exija e garanta o pagamento dos salários em atraso;
- Dinamize a produção industrial e agrícola e todas as actividades económicas nacionais;
- Assegure o respeito pela Constituição.

Festa Popular na Parede

Por iniciativa da organização da Parede, vai realizar-se no próximo sábado, com início às 20 horas, mais uma Festa Popular com arraial, quermesse, petiscos e jogos, na Cooperativa «A Linha do Estoril», no Alto da Parede. A entrada é livre.

Internacional

Uma política de traição nacional

Da viagem de Mário Soares à Coreia do Sul e ao Japão, dois aspectos parecem ressaltar. Trata-se, por um lado, de angariar capitais estrangeiros (no caso da Coreia do Sul, certamente norte-americanos...) para consolidar planos e uma prática de liquidação das conquistas revolucionárias de Abril, no domínio económico. Trata-se por outro, de expressar, de forma mais ou menos directa, apoio político, quer a uma ditadura de Seul, quer a uma linha abertamente militarista, actualmente seguida pelo governo de Tóquio. Em qualquer dos casos, um aval bem definido à política imperialista numa zona que — não o esqueçamos — é um dos pontos estratégicos com que Washington conta, um verdadeiro arsenal do Pentágono, que inclui a arma nuclear a base de uma aliança militar de facto, entre Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão.

No plano mais estritamente económico, Mário Soares levou na sua bagagem algumas promessas e pseudo-garantias, para melhor vender o produto — no caso a nossa economia, as riquezas e o trabalho do país e dos trabalhadores portugueses, e para convencer devidamente os eventuais investi-

Quem é o homem que condecorou Mário Soares na Coreia do Sul?

dores, avançou com bem significativos argumentos: uma estabilidade política que bem se sabe não existir, assenta numa maioria formal, as «medidas drásticas de saneamento financeiro», que todos estamos a pagar com uma constante degradação das condições de vida, sacrificadas aos esquemas do FMI; a abertura da economia nacional ao capital privado, ao arrepiamento dos interesses nacionais; e até, antecipando-se à sua eventual aprovação, o projecto de reforma da legislação laboral que, ninguém tem dúvidas, constitui um ataque aos direitos e conquista dos trabalhadores portugueses.

Em síntese, Mário Soares foi oferecer ao capital estrangeiro, os mesmos «bens» que a seu tempo o fascismo já oferecia: facilidades ao investimento estrangeiro, uma estabilidade política que como a vida demonstrou também ela era falsa, uma política económica oposta aos interesses do povo português,

uma legislação laboral antiopeirária. E assim fica uma vez mais clara a íntima ligação entre uma política interna antipopular e uma política externa alinhada com o imperialismo. Não esquecendo nós, entretanto, aquilo que o actual governo parece bem tentado a esquecer: que a revolução de Abril não foi feita em vão e o governo PS/PSD terá sem dúvida sérias dificuldades para garantir as ofertas que vai fazendo.

Apoio a ditaduras

A linha da política externa portuguesa não pode suscitar grandes dúvidas. Mário Soares recusa encontrar-se com uma delegação da SWAPO, de passagem por Portugal, mas recebe muito oficialmente o dirigente do regime racista de Pretória. Não aceita uma visita à República Popular da Coreia, mas ocorre ao encontro do ditador de Seul.

O novo passo dado neste

sentido — de total alinhamento com a política imperialista — é particularmente esclarecedor. E vale a pena lembrar aqui, muito sucintamente embora, alguns elementos sobre a ditadura da Coreia do Sul.

Em Seul, Mário Soares foi condecorado pelo actual presidente Chum Doo-Hwan. Quem é Chum Doo-Hwan?

Em Maio de 1980, uma sublevação popular contra o regime abarcou 27 cidades, assumindo particular envergadura em Kwangju. Do esmagamento da sublevação, e de acordo com os números oficiais, resultaram 170 mortos, 380 feridos, 1740 prisioneiros.

No dia 27 de Maio o Exército dominou a cidade de Kwangju, recorrendo para isso a verdadeiros massacres da população revoltada. Foi então criado um «comité especial para assuntos de segurança nacional», que incluiu o general Chum Doo-Hwan, chefe do Conselho de Segurança e director do Serviço Central Sul-

A aposta no militarismo

A viagem de Mário Soares à Ásia, em particular à Coreia do Sul, não pode deixar de representar um aval à política militarista do imperialismo na zona. Já MacArthur, ex-comandante das forças militares norte-americanas no Extremo Oriente exprimi o conteúdo de tal política com toda a clareza, dizendo: «O futuro da Europa depende de se os Estados Unidos ganham ou perdem a batalha com o comunismo na Ásia».

Para «combater o comunismo», foi desencadeada a guerra da Coreia, que impôs ao povo coreano a divisão da sua pátria. Para «combater o comunismo», instalaram-se na Coreia do Sul mísseis nucleares de médio alcance, Pershing, Cruzeiro, bombardeiros estratégicos «B-25», e outros meios de agressão.

Que o sr. Mário Soares alinhava numa política ostensivamente anticomunista entendesse. Mas o que está em causa não é isso. O que está em causa é a política externa portuguesa, que assume um carácter cada vez mais ostensivamente antidemocrático, contra os mais elementares direitos do nosso povo, de todos os povos.



O actual presidente da Coreia do Sul, o mesmo que condecorou Mário Soares, foi um dos grandes responsáveis dos massacres de 1980

tra os mais elementares direitos do nosso povo, de todos os povos. E aqui cabe lembrar um alerta da República Popular Democrática da Coreia, que, em memorandum de Abril de 83, afirma: «Se a guerra na Coreia é desencadeada, não se limitará a uma guerra regio-

nal, facilmente se estenderá a todo o mundo. O povo coreano não deseja que a humanidade sofra a calamidade de outra guerra mundial, de uma guerra nuclear, com origem numa guerra na Coreia». O povo português também não deseja tal calamidade. E o governo português?

• **Eleições municipais na Polónia** — Domingo passado, dia 17 de Junho, realizaram-se por toda a Polónia socialistas eleições municipais, o primeiro acto eleitoral depois de Agosto de 1980. Apesar dos esforços de elementos ligados ao antigo «Solidariedade» para boicotar o acto eleitoral, registou-se uma participação elevada da população — mais de 75 por cento. Tendo em conta a crise política que a Polónia viveu, os esforços conjugados da reacção a nível interno e externo para liquidar o socialismo, o imenso esforço que se impôs para superar, na consciência das pessoas, as sequelas de erros cometidos ao nível do Partido e do Estado — esta percentagem de participação nas eleições pode justamente ser considerada, como o destacou o secretário da comissão eleitoral estatal, Edward Szmanski, numa primeira apreciação feita perante a imprensa, um exemplo do «sentido das responsabilidades pelo destino do país».

Segundo a nova lei referente aos conselhos populares, estes detêm amplos direitos, quer no que respeita à satisfação das necessidades da população, desenvolvimento económico e cultural, quer no que respeita à elaboração e controlo de programas socioeconómicos e criação de empresas.

• **Parlamento europeu** — Um primeiro elemento que se pode destacar dos resultados das eleições para o Parlamento europeu é o notório desinteresse das populações dos países da CEE por uma estrutura que nada tem a ver com a defesa dos seus interesses. Este facto traduziu-se numa forte abstenção, onde o voto não era obrigatório — 43% na RFA e na França. Na Grã-Bretanha, apenas 32% do eleitorado foi votar. A excepção é a Itália, onde os comunistas, pela primeira vez, ultrapassaram a democracia-cristã no domínio eleitoral. Da destacar também, neste quadro de abstenção, o voto contra linhas de orientação política manifestamente antipopulares, como é o caso da Grã-Bretanha, onde os conservadores ganharam apenas por um ponto aos trabalhistas, e a RFA, onde os liberais perderam os seus quatro deputados e os ecologistas, que mantêm uma posição claramente pacifista fizeram eleger sete membros das suas listas.

A perda de posições de socialistas e comunistas em França não pode deixar de reflectir a desilusão e o desencanto com aspectos da política oficial, que têm vindo a atingir seriamente os interesses dos trabalhadores, para além das suas expressões — perigosas — no plano internacional. De referir também que nesta situação os fascistas marcaram uma certa posição.

Na Grécia, tanto o PASOK como o Partido Comunista mantiveram as mesmas posições.

• **Provocação do PS à revolução sandinista** — O semanário «O Jornal» revelou a semana passada que a direcção do Partido Socialista, e mais propriamente Mário Soares, se prepara para nova provocação à revolução sandinista à boa maneira do seu «special friend» Reagan. Patrocinando a realização de uma Conferência subordinada ao tema «Que futuro para a América Latina?», o PS de Mário Soares convidou Alfonso Robelo para vir a Portugal.

Alfonso Robelo é entre nós um ilustre desconhecido, mas não na Nicarágua, já que se trata de um dos chefes dos grupos contra-revolucionários a mando da CIA para semear a desestabilização naquele país.

A Frente Sandinista, com cujo governo o actual Governo português mantém relações diplomáticas, não foi convidada. As conclusões a tirar são claras: tal como os EUA enviaram George Shultz a Manágua para falar de paz, enquanto nas Honduras e na Costa Rica cozinham os criminosos ataques à Nicarágua, também Mário Soares escolhe a fachada das relações diplomáticas para afirmar os seus desejos de «boas relações» ao mesmo tempo que acolhe, promove e ajuda os contra-revolucionários que pretendem liquidar o regime democrático sandinista.

Não há que espantar. O PS já havia acolhido antes Eden Pastora... porque não mais um reaccionário? Washington deve gostar.

• **Repressão no Chile** — Seis pessoas foram presas no Chile na semana passada quando participavam nos funerais de dois jovens assassinados a tiro pela polícia de Pinochet. As prisões, efectuadas no cemitério de Santiago do Chile, visaram simpatisantes do Movimento Democrático Popular, MDP, que é integrado pelo Partido Comunista Chileno, sectores do Partido Socialista e pelo Movimento de Esquerda Revolucionário.

Entretanto, também na semana passada, os sectores reformistas que se opõem à ditadura, organizados na «Aliança Democrática», anunciaram a formação de um governo paralelo que, segundo um dos dirigentes da «AD», terá como função ir apresentando as suas opiniões, ponto por ponto, sobre cada uma das urgências e necessidades do país, e oferecendo a cada passo uma fórmula de solução.

• **Israel rejeita proposta de paz** — O governo sionista rejeitou recentemente uma proposta do secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, para conversações de paz israelo-árabes.

Isaac Shamir, que recebeu o secretário-geral da ONU, desejava que os soldados das Nações Unidas fossem utilizados como força de interposição entre as tropas sírias e israelitas no Líbano, numa clara demonstração de que as forças sionistas não estão dispostas a abandonar o território libanês que continuam a ocupar. A pretensão sionista foi rejeitada, pois como afirmou Perez de Cuellar isso só contribuiria para dividir o Líbano, quando é seu dever defender a integridade territorial desse Estado membro da ONU.

A sugestão de Perez de Cuellar de que os oito mil «capacetes azuis» das forças da ONU que se encontram no Líbano deveriam substituir as posições ocupadas pelos israelitas não foi bem acolhida pelas autoridades sionistas.

• **Reunião de comunistas árabes** — Os partidos comunistas dos países árabes divulgaram na passada segunda-feira uma declaração em Beirute, em que afirmam que a questão palestina continua a ser o problema central do movimento árabe de libertação nacional.

Segundo o documento, é necessário salvaguardar a unidade da OLP e o que implica uma resposta enérgica às tendências de capitulação, aos projectos que visam inflectir a orientação anti-imperialista da OLP e às tentativas de sabotar o seu estatuto enquanto único representante do povo palestino.

A declaração, que refere a situação extremamente perigosa existente no Golfo Pérsico, acusa os EUA e a NATO de reforçarem a sua presença militar na região, de procurarem enfraquecer as forças nacionais patrióticas e bloquearem os regimes progressistas, sublinhando a necessidade de uma conferência internacional com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP, que contribua para uma solução justa do conflito no Médio Oriente.

AMÉRICA LATINA

Cimeira dos pobres depois da dos ricos

(...) Temos a convicção que um estreito entendimento entre os nossos países reforçará a estabilidade política e o crescimento económico no mundo no seu conjunto. Estamos prontos para a cooperação com todos os países no respeito da sua independência e da sua integridade territorial, independentemente das diferenças entre sistemas políticos, económicos e sociais. Respeitamos o autêntico não alinhamento. Estamos conscientes das responsabilidades morais que se prendem com os sucessos económicos. Reafirmamos a nossa determinação de combater a fome e a pobreza em todo o mundo (...)

Se se fizesse um concurso para adivinhar a origem deste texto não temos dúvidas que a maioria das respostas seria de que se trata de um excerto de um qualquer programa eleitoral.

O engano não seria grande. A verdade é que se pode considerar um texto de vários programas eleitorais, de vários países: trata-se de uma citação de parte da Declaração sobre «Os valores democráticos» aprovada na Cimeira dos 7 países capitalistas mais ricos do mundo recentemente realizada em Londres.

Uma declaração que se poderia considerar anedótica se não constituísse o exemplo acabado de uma ofensa aos países do Terceiro Mundo onde se morre de fome graças às «convicções» e «determinações» dos ricos.

Mas nem como anedota de mau gosto se pode classificar tal declaração. Ela traduz na verdade uma ameaça velada e encerra em si toda a gravidade da decisão dos países ricos em fazer pagar a sua própria crise aos mais pobres e dependentes do mundo. Se o consequente ou não é uma outra questão, mas isso não impede que a «cimeira dos sete» tenha passado uma esponja pela invasão de Granada, pela minagem dos portos da Nicarágua, pela militarização das Honduras, pela intervenção directa dos EUA em El Salvador em nome do respeito pela «inde-

pendência e integridade territorial», ao mesmo tempo que deixava passar em claro os problemas provocados pelas constantes subidas das taxas de juro decretadas pelos Estados Unidos, as exigências cada vez mais inaceitáveis do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras entidades de crédito internacionais que já não afectam só os países em vias de desenvolvimento.

Sacrificar os países dependentes do imperialismo e debelar (ou tentar fazê-lo) as crises internas do capitalismo à custa das classes e camadas mais exploradas foi a decisão de Londres, donde Reagan saiu com uma medalha de latão para iludir o eleitorado norte-americano nas próximas eleições presidenciais.

Nem o insucesso «Le Monde» deixou de registar a palhaçada dos «sete»:

Todos sabiam que a dívida do Terceiro Mundo dominaria a cimeira dos sete países industrializados que terminou em Londres, sábado, 9 de Junho. Todos sabiam também que nenhuma decisão iria ser tomada. Como previsto, portanto, os sete dedicaram-se essencialmente a acalmar os espíritos, reafirmando a sua estratégia de tratar caso por caso, país por país, as questões financeiras, concedendo aos Estados «mercedores» — na verdade os que aceitam apertar o cinto — facilidades suplementares.

O descrédito numa tal estratégia levou o «Le Monde» a alertar: **Espalha-se pelo continente (americano) a ideia de que o pagamento da dívida não deve acarretar uma baixa do nível de vida das populações e um refrear do desenvolvimento económico (...)** Está-se bem longe das conclusões da cimeira de Londres e o despertar arrisca-se a ser duro.

O «Le Monde» arrisca-se a ter razão. Contrariando o desejo claramente expresso pelos países capitalistas de tratar o problema das dívidas externas «caso por caso, país por país», os secretários e ministros das Finanças da América Latina iniciam hoje em Cartagena, na Colômbia, uma reunião para tratar daquela questão.

A iniciativa foi proposta pelos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, justa-

mente os subscritores de uma declaração enviada à cimeira de Londres em que se alertava para as dificuldades dos países do Terceiro Mundo em satisfazer as suas dívidas, agravadas de novo pelo aumento das taxas de juro.

Só no que se refere à América Latina o aumento da dívida externa assim provocado foi de dois mil e quinhentos milhões de dólares!

E se é prematuro especular sobre o resultado da reunião de Cartagena, não pode deixar de se considerar que ela é mais um passo para a tomada de posições comuns face a uma necessidade que se torna dia a dia mais imperiosa: a criação de uma nova ordem económica internacional.

Os caminhos a percorrer para uma tal solução não são de modo algum fáceis, dadas as profundas diferenças existentes entre os diversos países.

Na Argentina, por exemplo, onde o governo de Raul Alfonsín tomou a decisão inédita de enfrentar o FMI, as principais forças democráticas participam amanhã numa jornada de luta contra a chantagem imperialista e do FMI por considerarem que a posição governamental está ainda longe de defender os interesses do povo argentino.

Na verdade, apesar da carta de intenções dirigida pelo governo de Alfonsín directamente ao FMI criticar as medidas proteccionistas ditadas pelo imperialismo e negar àquele organismo o direito de ditar a política económica argentina com as suas habituais receitas de reduções salariais, desemprego, redução do mercado inter-

terceira vez consecutiva não pagou os 7,5 milhões de dólares de juros e amortizações relativos à dívida de 680 milhões de dólares a 128 bancos norte-americanos — está a provocar enormes convulsões nos meios financeiros internacionais. Tanto mais que as possibilidades de outros países lhes seguirem o exemplo são cada vez maiores.

Nos Estados Unidos, as pressões e as ameaças sobem de tom, enquanto se multiplicam as campanhas para fazer crer que são os países devedores os responsáveis pela agudização da crise em que vivem. Mas isto passa-se nos bastidores. A público vêm apenas declarações como a aprovada na cimeira de Londres, onde se chegou ao ponto de afirmar que os países devedores se mostram cada vez mais dispostos a aceitar a necessidade de ajustar a sua política económica, apesar dos esforços dolorosos e corajosos que isso exige!

Declarações que envergonham quem as assume e que não impedirão, mais cedo ou mais tarde, que os países vilmente da política do imperialismo descubram que dispõem de uma importante arma para o combater — a sua unidade.

Como afirma o PCA, a tentativa de Alfonsín se colocar a meio caminho entre as exigências do FMI e a vontade dos trabalhadores pode levar a um beco sem saída. É contra isso que os argentinos se manifestam amanhã.

Mas não restam dúvidas, apesar de todas as debilidades e contradições, que as atitudes tomadas tanto pela Argentina como pela Bolívia — que pela



25 de Junho, data duplamente histórica para o povo de Moçambique

No dia 25 de Junho de 1962 é fundada a Frelimo. A criação de um movimento estruturado de resistência popular contra o domínio colonialista e empenhado na conquista da independência nacional constitui um momento novo na luta do povo moçambicano. Porque dá nova forma, organizada, a um processo marcado por revoltas camponesas e outras rebeliões populares, e porque, pela primeira vez, um todo o povo moçambicano numa batalha que é comum.

Em Setembro de 1964, novo passo em frente: é desencadeada a luta armada de libertação nacional. Mais de 10 anos depois, e consequência de um processo em que se interligam a luta comum dos povos das colónias e do povo português contra o fascismo e o colonialismo, Moçambique alcança finalmente a sua independência — em 25 de Junho de 1975 é proclamada a República Popular de Moçambique.

Um caminho muito difícil

A proclamação da República Popular foi uma vitória histórica, um marco determinante na



Participação popular é elemento fundamental na recuperação económica, como na defesa.

vida do povo de Moçambique, finalmente senhor da sua terra, finalmente constituído em nação livre.

É costume dizer-se que as maiores dificuldades surgem para as massas populares, exactamente com a tomada do poder. Moçambique não constitui excepção. A herança do colonialismo era terrível, da impressionante taxa de analfabetismo à inexistência de quadros ou de infra-estruturas económicas. A fome, a doença generalizada, a falta de tudo, como uma realidade quotidiana.

Um quadro de grandes carências e dificuldades, a que se devem somar outros factores muito objectivos, fruto da política económica internacional do capital. Por exemplo, em 1975, três toneladas e meia de caju pagavam a importação do camião. Em 1982 já eram necessárias 6 toneladas.

A juntar a todas as dificuldades socioeconómicas, colocou-se com carácter decisivo, a defesa do novo país, em particular contra grupos terroristas organizados, treinados e armados pela África do Sul.

Necessidade de defesa tanto mais premente quanto, como é

destacado na primeira tese do IV Congresso da Frelimo, realizado em 1983, «As nossas conquistas não são consequência automática da independência. É grande o número de países que deixaram de ser colónias e obtiveram a independência política. No entanto, em muitos destes países, o poder continua nas mãos de uma minoria exploradora ao serviço dos antigos patrões coloniais».

A resposta

A resposta é — tem necessariamente de ser — uma resposta popular. Na Exortação do CC da Frelimo ao povo moçambicano, quando do Congresso realizado o ano passado, afirma-se: «Seremos um país sem fome e sem miséria, um povo de homens instruídos e criadores de ciência e cultura, um país que dará à humanidade ainda maiores conquistas». Este o objectivo — a con-

cretizar com o Partido, a concretizar com o povo: «Com esta força humana inquebrantável que é o nosso povo, sabemos que venceremos todas as dificuldades que ainda enfrentamos».

«O IV Congresso do Partido Frelimo, com uma clara maioria de camponeses e operários entre os delegados, discutiu amplamente todos estes problemas e apontou pistas de desenvolvimento nos vários planos da vida socioeconómica e política nacional. Nele se debateu sobre a necessidade premente de liquidar a fome, com base, nomeadamente, no aumento de produção no sector familiar, como igualmente se debateram questões de defesa, e tudo o que diz respeito à vida do povo e do país».

As teses então aprovadas surgem como instrumento de materialização do salto necessário entre a realidade do subdesenvolvimento e a perspectiva do socialismo.